



Pedro Silva



Templários

História Integral

**Coordenação, projeto gráfico, capa
e diagramação**

Equipe Letras e Magia

Revisão

Marlene Coelho Rolim de Freitas,

e

Equipe Letras e Magia

CIP-Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

S582t

Silva, Pedro, 1977 -

Templários - história integral / Pedro Silva. - 1.ed. - Rio de Janeiro:
Letras e Magia, 2007.

il. color.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-99048-06-1

1. Templários - História. I. Título.

07-4424.

CDD: 271.7913

23.11.07 26.11.07

CDU: 061.236.6

004425



Pedro Silva

Templários

História Integral

1ª edição



Letras e Magia Editora Ltda.

Proibida a reprodução, total ou parcial, por qualquer meio ou processo, seja reprográfico, fotográfico, gráfico, microfilmagem, etc. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas e/ou editoriais.

A violação dos direitos autorais é punível como crime (Código Penal, art. 184 - Parágrafos 1º e 2º; Lei 6.895/80), com busca, apreensão e indenizações diversas (Lei 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais, arts. 122,123,124 e 126).

Letras e Magia Editora Ltda.

Av. dos Mananciais, 191 – 2º andar – Taquara

Cep: 22720-400 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel / fax: (55 21) 2443-5602

E-mail: contato@letrasemagia.com.br

Site: www.letrasemagia.com.br

Impresso no Brasil

2007

“Ao meu irmão André dedico este trabalho ensaístico. Um singelo gesto de agradecimento dirigido a quem tudo de bom merece.”

Sumário

Introdução	9
1. As Cruzadas	13
2. Regra	27
3. História	51
Fundação	53
Posses Templárias	69
Ritual de Iniciação	73
Hierarquizado Templo	80
Atividades e Fatos	82
Fim da Ordem	92
Após o Processo	101
4. Mistérios	107
Arca da Aliança.....	111
Baphomet.....	115
Jesus Cristo	120
Regra Secreta e Alfabeto Secreto.....	123
Gaal	126
Santo Sudário	127
Simbologia	128
Conclusão.....	129

5. Cronologia.....	133
6. Conclusão	147
7. Bibliografia	151
Lista de livros publicados	159

Introdução

O fato de se redigir um trabalho ensaístico sobre o tema *Templários* não deve significar, à partida, que se irá entrar no campo da fantasia histórica, pois, conforme o estimado leitor deverá reconhecer, o nosso passado, enquanto autores, bem demonstra o destaque que damos aos autores ditos objetivos e, naturalmente, aos documentos que confirmam certos pormenores que aventamos.

Sem dúvida que, e não é demais frisar, os últimos anos têm trazido à liça uma série de estudos, alcunhando-se de *livros de história* que, de fatos concretos, pouco possuem. Como é certo e sabido, a vida de um autor é feita, essencialmente, do número de exemplares que consegue vender, sendo portanto um caminho mais fácil adentrar em teorias sensacionalistas que, de pronto, parecem possibilitar uma maior penetração em livrarias e, mesmo, junto dos leitores ávidos de esquecer a realidade quotidiana.

Mas, no presente trabalho, procuramos ser diferentes e percorrer a via mais custosa, mas que, posteriormente, nos permite que a obra continue a ser lida com interesse muito depois do momento mediático, sempre fugaz, ter sumido.

E, como sempre fazemos, a nossa idéia foi criar um trabalho sério, mesmo que evidentemente com algumas parcelas especulativas, posto que, à falta de elementos que construam a totalidade do puzzle, ainda assim o leitor merece que, conjugando a nossa experiência e conhecimentos da área, nos esforcemos para preencher os espaços em branco. Isso, no entanto, não significa que o tivéssemos efetuado como se de um romance se tratasse. Longe disso, como terá oportunidade de presenciar, mediante a leitura desta obra que tem em mãos e que, conforme é nosso desejo, passe a ser uma bela companhia de agora em diante, regressando a ela sempre que o *apetite* cultural se imponha.

Naturalmente, se o ser humano, como bem sabemos, não é perfeito, também a obra que produz não o será. Lacunas básicas poderão, sempre, existir e assim temos vindo a aperceber-nos com a passagem dos anos e a leitura de múltiplos trabalhos de grande qualidade que, como é óbvio, encerram as suas pequenas falhas. Essas serão, por certo, motivo de correção no futuro, quanto novas edições da obra assim o justificarem.

Portanto, acreditamos que, dentro do âmbito de trabalhos sobre os Templários, a presente obra poderá ocupar um espaço importante, do mesmo modo que o

nosso primeiro livro sobre o tema, publicado no ano de 2000, em Portugal, e no seguinte na nação brasileira, foi essencial para fazer a formação básica do leitor, no que à Ordem do Templo dizia respeito.

Ora, o tempo passou e tanto nós, quanto o caro leitor, evoluímos, pelo que, mais de uma década após a redação desse primeiro livro, entendemos que havia chegado o momento de nos abalancharmos para uma nova obra que estudasse, única e simplesmente, a história desses monges de brancas vestes que, com o decorrer do tempo, ao invés do que seria de esperar, vão alcançando ainda maior interesse da parte da comunidade mundial.

Para uma compreensão mais facilitada, optamos por dividir este trabalho em quatro grandes capítulos: em primeiro lugar, damos a conhecer uma visão dos fenômenos históricos que originaram o aparecimento das Cruzadas, no seio do qual veio a brotar a Ordem militar e religiosa que aqui nos traz; seguidamente, no capítulo onde inserimos a Regra, decidimos colocar a transcrição, para a nossa língua, de excertos de alguns documentos fundamentais na história templária, assim como dando ao leitor o conhecimento sobre a forma como poderá lê-los na íntegra, visto que seriam demasiado extensos para ser incluídos num trabalho literário; o terceiro capítulo aborda a história do Templo, desde o momento da sua fundação até ao seu culminar, através do Processo Templário; por último, uma visão lata sobre os Mistérios que se foram agregando ao nome da instituição, desmistificando aquilo que muitos consideram como ponto assente.

Em suma, estamos perante uma obra que se assume, claramente, como generalista, e como evolução lógica de um intenso estudo de, aproximadamente, década e meia. É o culminar de milhares de dias dedicados à investigação de um tema que, feliz ou infelizmente, tem-se visto rodeado de aspectos paralelos, ditos polémicos, mas que possibilitam um conhecimento e divulgação superior para o leitor, motivo principal de toda a dedicação que um ensaísta coloca na sua atividade.

Apesar de não o podermos afirmar com total certeza, poderá até acontecer – e digamos que é bastante provável – que esta seja a nossa última obra sobre os Templários, posto que, de futuro, não adiantará repisar sobre elementos históricos que, à partida, todos os leitores conhecerão sobejamente.

Ou seja, tal como aconteceu em Jerusalém, no longínquo ano de 1118, também nós desconhecemos, por inteiro, o que o futuro reserva para a nossa obra. E, se o destino entender ser gracioso conosco, então que este livro possa ser o deleite de uma imensa quantidade de leitores, tanto agora como nas gerações vindouras.

Acima de tudo, defendemos a visão de que um livro, seja de que assunto for, não deve, jamais, ficar encerrado em si mesmo. É uma idéia que nos acompanha desde que demos início à nossa ainda escassa atividade literária. Ainda assim, de forma paulatina, contra ventos e marés, insistimos em navegar nas ariscas ondas da cultura. Por cada leitor interessado em seguir caminho conosco, mais engrandecida ficará a nossa tarefa à qual, diariamente, nos empenhamos.

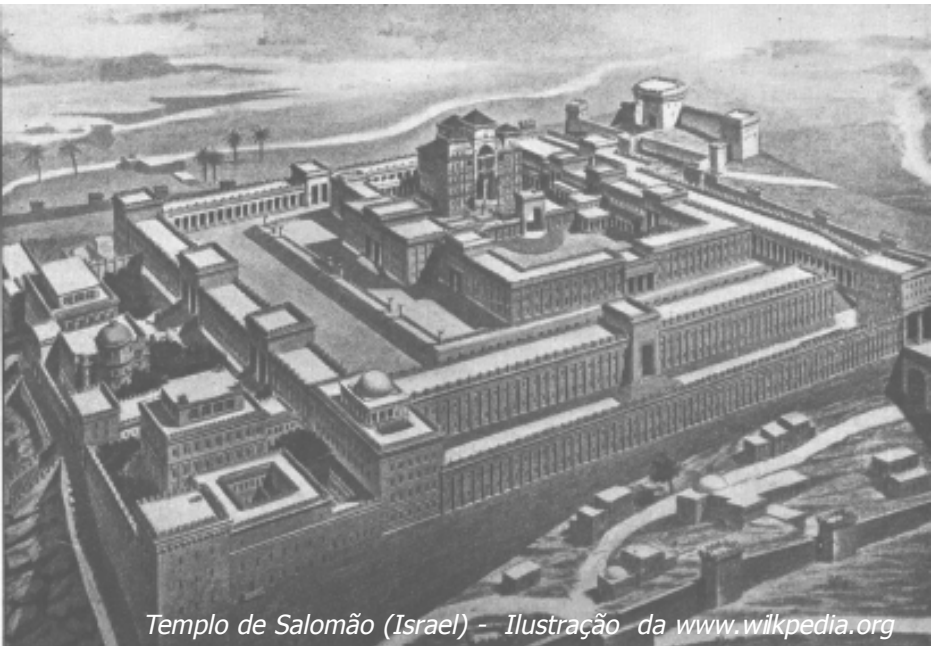
A história dos Cavaleiros Templários é um *terreno* onde muitos tentam deixar a sua semente individual. Porém, quis a lógica, ou o destino, que muito poucas dessas plantações dessem o seu fruto. Este, que agora está lendo, é apenas mais uma singela planta que brotou do âmago ensaístico deste vosso humilde escriba. Que ele possa florescer em vossas mãos, dando uma imensidão de frutos que, no caso presente, poderemos definir como leitores ávidos de conhecer o nosso passado, a nossa história e os nossos heróis.

Porque, sem sombra de dúvidas, um livro é muito mais que um livro e os Templários foram bem mais do que, apenas, mais uma Ordem Militar e Religiosa. Eles foram os impulsionadores de toda uma nova cultura social, econômica e, se assim é permitido afirmarmos, igualmente religiosa. Os freires combatentes que, algures no ano de 1118, decidiram instituir na Terra Santa uma nova milícia jamais sonhariam com a repercussão do seu feito. É também por isso que todos nós, ensaístas, pensadores, investigadores ou historiadores não nos cansamos de labutar constantemente pelo nosso sonho de dar um pouco mais de cultura aos nossos pares, pois, do pouco valor que nos seja reconhecido, sempre esperamos que o mesmo consubstancie a noção do esforço empregado e da paixão, sempre presente, à nossa tarefa.

1. As Cruzadas

“Essas expedições bélicas (*Cruzadas*) haviam surgido como uma necessidade religiosa de recuperação dos lugares que a cristandade considerava sagrados, em território sírio, pois neles haviam transcorrido a vida, a paixão e a morte de Jesus de Nazaré. (...) Por isso, Jerusalém, a Cidade Sagrada, era também a *a três vezes santa*, e nela subsistiam as ruínas do que fora o Templo de Salomão – a Mesquita de Al-Aqsa – , o qual havia sido edificado de acordo com as normas escritas que Jeová dera a Moisés e cuja construção aparecia cuidadosamente detalhada no *Livro* por antonomásia, respeitado também pelas três religiões monoteístas surgidas às margens do mesmo mar: a Bíblia.”

Fernando D. Celaya, Os Templários



Templo de Salomão (Israel) - Ilustração da www.wikipedia.org

É indesmentível que a história dos Cavaleiros é um fato decorrente das Cruzadas¹. Supostamente, estas seriam apenas campanhas militares com o intuito de proteger um lugar extremamente simbólico, ao nível religioso, para a cristandade. No entanto, muitos investigadores não conseguem descurar a vertente economicista de toda esta situação.

“A palavra *cruzada* não aparece antes do século XIII. Para os Francos, são as guerras que se efetuam como *soldados de Cristo marcados com o sinal da cruz*. Também se fala de *passagem, pequena, grande ou geral* segundo a importância dos efetivos alistados. Também acontece apresentarem-se como peregrinações. A partir dos séculos XV e XVI, recorre-se ao termo *cruzada* para designar as guerras patrocinadas pela Igreja. (...) Durante dois séculos, as cruzadas foram o centro de um confronto entre Ocidente e Oriente, cujas mentalidades coletivas ainda conservam a marca. Para os Ocidentais, elas foram, em primeiro lugar, um ato de fé, depois carregaram-se de motivações de ordem política e até mesmo econômica, sobretudo no século XII. (...) A opinião dos Orientais nunca variou. As cruzadas foram agressões bárbaras.”

Tudo começara com os mercadores venezianos² que, à custa da sua habilidade mercantil, conseguiram transformar a rota entre Ásia e Europa num dos mais lucrativos negócios e de crescente expansão nos primeiros séculos após o nascimento de Jesus Cristo.

1- *As Cruzadas (1096-1270)*, p. 28. De acordo com Bernard Marillier, em *B-a-ba Templários*, p. 14, refere-se que “o dealbar da idéia de Cruzada remonta ao papa João VIII (séc. IX) que, para contrariar as invasões sarracenas, oferecia um *praemium caeleste*, uma recompensa celeste, a todo o cristão que lhe trouxesse ajuda e socorro; estas *rotas* tornaram-se as *bella domini*, as guerras do Senhor, *guerras justas* por excelência. Apoiando-se em textos de Santo Agostinho sobre o direito de matar e a guerra lícita aprovada por Deus, todos os papas que lhe sucederam (Leão IX, Alexandre II, Gregório VII, etc.) deram aos cristãos laicos o direito e o dever de usar a Cruz e combater para proteger a Igreja e libertar os lugares injustamente ocupados pelos infiéis, promulgando indulgências e recompensas eternas aos participantes”.

2 - Curiosamente, na obra *As Cruzadas*, de Bernard Hamilton, escreve-se, a dada altura, que, após a conquista de Jerusalém, “os Francos não tinham uma armada própria, mas as cidades marítimas italianas ajudaram-nos na conquista dos portos. Antes da Primeira Cruzada, o comércio mediterrânico oriental tinha sido dominado pelos venezianos que mantinham uma posição mercantil privilegiada no Império Bizantino. As repúblicas de Gênova e Pisa estavam ansiosas por participar no comércio de artigos de luxo provenientes do Levante, e os venezianos estavam interessados em alargar a sua influência.”, p. 30.

Durante centenas de anos, a atividade exploratória dos produtos orientais foi crescendo em ambição e, naturalmente, em procura. Inicialmente ligados à pesca, logo os homens de Veneza vislumbraram a oportunidade de trocar o seu sal, no Islão, por produtos orientais, tão apreciados no continente europeu, em virtude dos cheiros, cores e sabores que carregam em si.

Mas esta rota comercial era extremamente complicada e dispendiosa, pois, não raras vezes, os transportes eram saqueados, isto além de se considerar que os humores do povo do Islão mudavam consoante o seu líder e essa falta de estabilidade na zona prejudicava imensamente a atividade econômica.

Crê-se que os mercadores da cidade italiana de Veneza foram, por conseguinte, dos mais influentes patrocinadores das Cruzadas, tendo em conta o interesse que atrás demonstramos.

Obviamente que o outro lado é, para nós, igualmente inquestionável, em termos de importância: Jerusalém é, afinal de contas, a cidade santa por excelência.

Principalmente desde os finais do século V que os fiéis europeus tudo faziam para uma peregrinação³ ao local onde nascera Jesus Cristo – personalidade cuja influência mais notória tinha, na altura, convém frisar, pouco mais de quatrocentos anos, ou seja, era algo muito recente entre os crentes.

Através das cruzadas, “por obra e graça do poder pontifício, assumido a partir do ideário cluniacense e aceito sem reservas por toda a igreja militante, os leigos de toda procedência social voltavam a ter, como no tempo dos mártires, uma oportunidade para ganhar o céu pelo caminho mais rápido”⁴.

Os cristãos dos dois primeiros séculos aspiravam ao reino de Deus e mantinham viva a esperança de regresso do Messias, “para pôr fim às perseguições de que são episodicamente objeto por parte da multidão e das autoridades pagãs. (...) Portanto, a defesa armada de um Império Romano pagão não os motiva”.

Com a conversão do Imperador Constantino à Igreja Cristã (a qual foi autorizada em 313), ela torna-se em 379-395, com Teodósio, religião única do império. Nesse momento, “a guerra é, de fato, sempre um mal, mas por vezes um mal necessário, para evitar reparar um dano ainda maior. Pode-se então falar de *guerra justa (bellum justum)*”⁵.

3 - Em B-a-ba Templários, apreendemos que “de tradição antiga (séc. II-IV), a peregrinação era o rito purificador por excelência, compreendendo pobreza voluntária, penitência, conversão, participação nos sofrimentos de Cristo – na peregrinação à Terra Santa –, contato físico com um local marcado pelo divino ou o celeste, remissão dos pecados e, em caso de morte, acesso ao paraíso”, p. 13.

4 - Juan G. Atienza, *O Legado Templário*, p. 53.

5 - Texto “A Cruz e a Espada”, com autoria de Jean Flori, inserido na obra *O Tempo dos Cavaleiros*, pp. 11-12.

Mas o período era deveras turbulento. Em 638, o califa Omar apodera-se de Jerusalém e, poucos anos depois, já as forças do Islão entram em grande força na Europa, vindos, essencialmente, do norte da África, algo que levou a uma rápida resposta da Cristandade.

Como nos escreve Piers Paul Read, “na Península Ibérica, a conquista muçulmana mal havia terminado quando o contra-ataque cristão ou reconquista começou. Nobres visigodos que se haviam retirado para as montanhas das Astúrias somaram suas forças às dos habitantes nativos para resistir aos invasores, e por volta de 722, dez anos antes da derrota do exército muçulmano por Carlos Martel em Poitiers, eles venceram em Covadonga uma forma militar sob a liderança de Pelágio. Mais tarde, ocuparam a Galiza, na extremidade noroeste da Península, e estabeleceram uma fronteira ao longo do rio Douro entre a Espanha cristã e a muçulmana”⁶.

De fato, esta ânsia de conquista, da parte dos elementos islâmicos parece ser acompanhada por um ímpeto, recém-nascido, da parte dos elementos que os enfrentam. Porventura, mais do que uma idéia religiosa, havia, no ar, a sensação de resgate de um território que os cristãos sentiam que lhes pertencia.

Deste modo, em 801, os francos de Carlos Magno conquistam a atual zona de Barcelona (Espanha). A juntar a isso, convém que façamos referência a que houve um acréscimo significativo, no que ao número de elementos no exército cristão diz respeito, por via da conversão das tribos nórdicas, do leste europeu, antes consideradas bárbaras e pagãs. Assim, no começo do século X, saxões e eslavos, entre outros, engrossaram a fileira da cristandade. Isso era mais importante do que nunca, mas, ao contrário do Islão, o Ocidente ficou órfão com o falecimento de Carlos Magno. “Isso teve grandes conseqüências para o papado, que, com a desintegração do Império de Carlos Magno sob seus belicosos sucessores, *foi deixado indefeso no ninho de serpentes da política italiana*. O último papa eficiente foi Nicolau I (858-67). Durante os cem anos que se seguiram à sua morte, o posto de sucessor de S. Pedro tornou-se o disputado privilégio de influentes famílias romanas.”⁷

Foi por isso que, durante os anos seguintes, a disputa entre facções rivais pelo controle do Ocidente foi terrível, com o papado procurando concentrar o domínio em Roma. Inclusive, em 1053, o papa Leão IX, assustado pelo crescimento dos estados normandos, empreende contra eles uma batalha, na qual é feito prisioneiro.

6 - Os Templários, p. 67.

7 - Idem, p. 69.

Os sumos-sacerdotes seguintes procuram apaziguar as relações e, em troca do apoio militar ante os muçulmanos, os normandos são recompensados com indulgências e posses territoriais.

Mas as atenções viram-se também para Bizâncio, onde, apesar das diferenças, havia vastos pontos de contato entre defensores de uma fé comum, não sendo por isso de estranhar que “quando sobreveio o endêmico conflito entre Bizâncio e o Islão, nunca houve a menor dúvida de que os latinos dariam uma prova de lealdade a seus pares cristãos do Oriente. (...) No início do século X, sob dois generais armênios, as forças imperiais empenharam-se numa campanha de reconquista que culminou com a retomada de Chipre e do norte da Síria, incluindo a cidade de Alepo. Embora Jerusalém ainda permanecesse nas mãos dos califas fatímidas que governavam do Cairo, Antioquia, cidade muito maior e também sede de um patriarca, estava de novo nas mãos dos cristãos. Por volta de 1025, o Império Bizantino estendia-se do Estreito de Messina e do norte do Adriático, no oeste, ao rio Danúbio e à Criméia, no norte, e às cidades de Melitene e Edessa do outro lado do Eufrates, no leste”⁸.

Curiosamente, é por esta altura que surge uma nova leva de conquistadores islâmicos – os Seljúcidas. Originários da Ásia central (Turquia), adotaram o islamismo, no seu ramo sunita. Em 1081, esta poderosa força humana, após conquistar Nicéia, estava a poucos quilômetros da célebre Constantinopla. Os bizantinos, atacados em várias frentes, pediram através do Imperado Aleixo, auxílio aos cristãos europeus.

“A primeira aproximação de Aleixo na cristandade ocidental foi a Roberto, conde de Flandres, que por volta de 1085 havia enviado um pequeno contingente de cavaleiros a Constantinopla. Talvez tenha sido Roberto quem informou Aleixo de que o papa agora possuía muito mais peso na Europa ocidental do que o Imperador do Oriente, e na Primavera de 1095 delegados bizantinos chegaram para o Concílio da Igreja que estava sendo realizado em Piacenza, no norte da Itália. O papa que presidiu ao Concílio de Piacenza foi um burgúndio chamado Odon de Lagery (...) Em 1088 foi eleito papa e adotou o nome de Urbano II.”⁹

Todas estas alterações na zona transformam-na, cada vez mais, num local em vias de erupção social. Não é, como tal, de estranhar que a ameaça dos turcos em

8 - *Os Templários*, de Piers Paul Read, p. 96.

9 - *Idem*, p. 78.

relação à cidade de Constantinopla tenha sido a gota que fez transbordar o copo de água a que, metaforicamente, chamamos de paciência dos cristãos.

O papa Urbano II¹⁰ dirige-se, então, ao Sul de França, onde estava reunido o Concílio de Clermont, apelando aos cristãos presentes da maneira mais entusiástica possível, os quais aceitam colocar as suas vidas e suas armas ao serviço da fé. Atentemos nas suas palavras:

“Mui amados irmãos: apressado pela necessidade, eu, Urbano, com a autorização do Deus, prelado supremo, vim aqui como embaixador de um conselho divino para vós, servos de Deus. (...) Vós sois chamados ovelhas, não atuem como mercenários. (...) Vós tendes visto, há muito tempo a esta parte, a grande desordem causada no mundo por tais crimes (*atentados aos peregrinos em Jerusalém*). Isso é tão mau em algumas províncias, segundo me informaram, e vós sois tão brandos na administração da justiça, que dificilmente alguém pode ir na estrada, de dia ou de noite, sem ser assaltado. (...) Apesar de, ó filhos de Deus, vós haverdes prometido, mais firme que nunca, manter a paz entre nós e preservar os direitos da Igreja, existe ainda um importante trabalho a fazer (...) pois, como muitos de vós sabeis, os Turcos e os Árabes atacaram-nos e conquistaram o território da Romênia (Império Grego). (...)

Eles ocuparam mais e mais terras desses cristãos, e suplantaram-nos em sete batalhas. Eles mataram e capturaram muitos, e destruíram as igrejas e devastaram o império. (...) Por isso, eu, ou antes o Senhor, vos vemos como arautos de Cristo para ele espalhar em todos os lugares e para persuadir pessoas de qualquer nível, soldados de Infantaria ou Cavaleiros, pobres e ricos, a ajudarem prontamente esses cristãos e

10 - Texto “A Cruz e a Espada”, com autoria de Jean Flori, inserido na obra *O Tempo dos Cavaleiros*, p. 34, acerca de Urbano II: “Antigo aluno de S. Bruno de Reims, Otão de Lagery entra em Cluny em 1070 e torna-se prior da comunidade de 1074 a 1079. (...) Eleito papa em abril de 1088 com o nome de Urbano II, confronta-se com o partido imperial e não consegue ocupar a cadeira de S. Pedro senão em 1093. Desde então, prossegue as reformas começadas por Gregório VII, combatendo a simonia (crime religioso e pecado que consiste em comprar, vender, trocar, dar qualquer bem espiritual, cargo religioso, etc., por dinheiro ou outro qualquer bem temporal, in *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*) e as investiduras laicas. Depois de ter assistido ao sínodo reformador de Placência (1095), volta a Clairmont para presidir ao concílio, no qual será pregada a primeira cruzada (novembro de 1095). Urbano II morrerá sem saber se a expedição atingiu o seu objetivo.”

a destruir essa perversa raça, das terras dos nossos amigos. (...) Os que morrerem pela lei, em terra ou mar, ou em batalha contra os pagãos, deverão ter remissão imediata dos seus pecados. Isso vos garanto através do poder de Deus no qual fui investido.”¹¹

Relativamente ao discurso papal, existe uma outra versão¹², que, pela sua importância e interesse histórico, entendemos aqui reproduzir, em parte: “Urbano, bispo, servo de Deus, a todos os crentes. (...) A vossa irmandade, nós acreditamos, aprendeu que uma fúria bárbara afligiu deploravelmente e reduziu a escombros as igrejas de Deus nas regiões do Oriente. Mais do que isso, é blasfêmia afirmar, até prendeu, em intolerável servidão, as igrejas de Nosso Senhor e a cidade santa de Cristo, glorificada pela sua paixão e ressurreição. Lamentando, com pia preocupação, esta calamidade, visitamos as regiões da Gália e devotamo-nos a incitar os príncipes locais, e os seus vassalos, a libertar as grejas do Leste. Agradou-nos no Concílio de Auvergne tal avassalador interesse, como preparação para a remissão dos pecados. E constituindo o nosso amado filho, Adhemar, Bispo de Puy¹³, líder da expedição.”

A incitação de Urbano II aos cristãos, com palavras de fé, leva muitos nobres e vassalos a pegar nas armas para combater os inimigos. A idéia era que a cruz nas vestes purificasse o coração dos cristãos para que, com a alma limpa, pudessem lutar por uma causa gloriosa. Com os seus eloqüentes discursos, o papa de Roma cativou muitos partidários, prometendo-lhes o céu, em troca do apoio material e físico na disputa.

“Na Idade Média o sentimento religioso, embora mal compreendido pela ignorância ou transtornado pela superstição, era o que predominava. A religião assumira a tarefa sagrada de refrear a barbaridade dos povos, e estes não conheciam outro guia mais poderoso na sua conduta privada e pública.

11 - Discurso do papa Urbano II (1088-1099), no Concílio de Clermont em 1095. O título original é *Gesta Francorum Jerusalem Expugnation* (de Fulcher of Chartres), retirado de *Gesta Dei Per Francos* (Bongars). A tradução do latim pertence a Oliver J. Thatcher e Edgar Holmes McNeal (New York, Scribners, 1905).

12 - Excerto retirado da obra *The first crusade: the accounts of eyewitness and participants*, de August C. Krey (Princeton, 1921), pp. 42-43

13 - A propósito do Bispo de Puy, atente-se na biografia descritiva da obra *As Cruzadas* (1096-1270), p. 37: “Vindo de uma família nobre do Valentinois (região de Valence), este velho cavaleiro é nomeado bispo de Puy em 1079. Depois de ter pregado a Primeira Cruzada, Urbano II designa-o representante do papado na expedição. Amigo do conde de Tolouse, Raimundo de Saint-Gilles, Ademar de Monteil distingue-se durante a tomada de Antioquia. Morre de peste a 1 de agosto de 1098”.

Os cristãos, qualquer que fosse o país em que nasceram, olhavam como sua pátria comum Jerusalém, lugar santificado pela realização dos grandes mistérios da redenção. As crianças começavam a ouvir falar dela sobre os joelhos das mães; os místicos viam nela a imagem da *Cidade Celeste*. (...)

Não é pois de admirar que desde os primeiros tempos do cristianismo se dirigisse para aqueles países grande número de peregrinos. (...) Nas proximidades do ano 1000, quanto se julgava iminente o fim do mundo, todos à porfia davam ou vendiam bens, que em breve tinham de perder, para irem morrer nos lugares onde morrera Cristo. (...) Por esta época estava a Terra Santa sob o domínio dos árabes, que, se umas vezes pareciam tolerantes para com os cristãos, outras vezes o menor incidente lhes servia de pretexto para os perseguir e matar; de maneira que nesta situação não podiam os peregrinos viver tranqüilos entre eles. (...)

Então, o Imperador de Constantinopla reclamou auxílio do Ocidente contra os inimigos do cristianismo; o papa Gregório VII juntou a sua voz à dele, exortando os cristãos a reunir-se sob o estandarte da cruz. (...) Cinquenta mil guerreiros comprometeram-se a segui-lo.”¹⁴

Sabemos que Pedro, o Eremita, foi um dos primeiros a chegar, com o seu exército, a Constantinopla. Na verdade, muitos germânicos ali se encontravam estacionados, mas o número total de homens era, ainda, insuficiente para enfrentar o exército inimigo. Essa escassez de recursos humanos não impossibilitava, no entanto, grande agitação entre as hostes. Havia uma ânsia de luta, de provar aos inimigos a superioridade da fé cristã.

Em breve, essa ânsia transformou-se em sentimento de quase loucura, e a amálgama humana tornou-se violenta e incontrolável, redundando, inclusive, na destruição de edifícios.

O Imperador de Constantinopla, inicialmente sereno, defendia a teoria de aguardarem pela chegada de reforços mas, com o passar do tempo, e perante as atitudes irrefletidas do exército cristão, viu-se forçado a mandá-los passar o Estreito.

A conseqüência da euforia cristã foi que, nos primeiros confrontos com os turcos, o saldo foi desastroso para o exército que partira a pedido do Papa.

Apesar disto, os bispos e prelados locais continuavam a incitar as hostes de Cristo, impelindo-as a pegar em armas para combater os inimigos da fé, mas a superioridade turca era extraordinariamente visível.

14 - José Antônio dos Santos, *Monumentos das Ordens Militares do Templo e de Cristo em Tomar*, pp. 11-13.

É então que Boemundo¹⁵, poderoso nas batalhas, decide juntar-se ao grupo cristão que, aos gritos de *Deus lo volt!* (ou seja, *Deus o quer!* – o mesmo grito usado pelos normandos quando invadiram a Inglaterra), se desloca para o sepulcro do Senhor, para guerrear com os pagãos.

Tendo, em primeira instância, regressado à terra-natal para persuadir mais pessoas a juntar-se ao seu séquito, o Lorde Boemundo voltou à carga, num percurso marcado pelas conquistas dos bens materiais dos locais por onde o seu exército passava, qual carga humana de força avassaladora.

Tudo isto era, por assim dizer, apanágio da instituição mítica conhecida por *Cavalaria*¹⁶ que deteve “uma origem lendária, atribuindo-se a sua criação ao rei Artur da Bretanha, fundador da Távola Redonda (aspecto fundamental na construção espiritual e material da mítica Cidade de Camelot), e a Carlos Magno, com os seus lendários doze pares ou *Paladius*”, tendo em conta que a mesma procurava defender a visão de que “o cavaleiro devia honrar e defender o seu Senhor, ser-lhe leal, honesto e amar a Deus sobre todas as coisas. Por outro lado, devia proteger os indefesos, lutar pela justiça e combater os maus”¹⁷.

Imbuído nesse mesmo espírito magnânimo, não foi de estranhar que, em breve, Godfroy de Bouillon¹⁸ também surgiu em Constantinopla com um grande e

15 - Sobre Boemundo I de Tarento (1057-1111), príncipe de Antioquia entre 1098 e 1111, retirado da obra *As Cruzadas (1096-1270)*: “filho mais velho de Roberto Guiscard, ele conduz o contingente dos Normandos da Itália à Primeira Cruzada. Combatente notável em Nicéia e em Doriléia, liberta Antioquia em 1098, fazendo da cidade a sede de um principado. Em 1100, poderia ter pretendido a coroa de Jerusalém, se não tivesse sido feito prisioneiro pelos Turcos.”, p. 42.

16 - “Devemos ter cuidado com a confusão: Ordem Militar não é equivalente de Ordem de Cavalaria. As sociedades ocidentais produziram, em diferentes momentos da sua história, *cavalarías*, Ordens de Cavalaria; mas se a Ordem Militar do Templo se dirigia prioritariamente a cavaleiros, incorreríamos em erro inscrevendo-a em uma continuidade histórica, visto que a sua experiência é nova e original”, escreve-nos Alain Demurger, em *Os Cavaleiros de Cristo: Templários, Teutônicos, Hospitalários e outras Ordens Militares na Idade Média*, p.

17 - *Templários: de Milícia Cristã a Sociedade Secreta – Volume 1*, Eduardo Amarante, pp. 27-31.

18 - Na p. 44 da obra citada anteriormente, encontramos a breve biografia de Godofredo ou Godofredo de Bulhão, defensor do Santo Sepulcro entre 1099 e 1100: “filho de Eustáquio II, conde de Bolonha, irmão de Balduíno I, Godofredo tornou-se duque da Baixa Lorena e de Lothier em 1082. Respondendo ao apelo de Urbano II, dá como garantia a maior parte dos seus bens para financiar a sua viagem a Jerusalém. Partindo em agosto de 1096, chega a Constantinopla em dezembro e incita os barões a prestar homenagem ao imperado Aleixo Comneno. Aparece, desde então, como principal chefe da Primeira Cruzada. Eleito rei de Jerusalém pelos barões em 22 de julho de 1099, contenta-se com o título de defensor do Santo Sepulcro. Consagra, então, o seu único ano de reinado à consolidação dos novos Estados latinos, que concebe como uma teocracia.”

determinado exército. Ele foi o primeiro a chegar a Nicodemia, com Tancredo¹⁹. O seu objetivo era Nicéia, a capital da atual Romênia.

Para lá chegar, o exército cristão enfrentou grandes dificuldades, tendo-se, inclusivamente, deparado, na cidade, com uma grande hoste turca, ainda por cima reforçada com um grande contingente oriundo de cidades vizinhas. Em pouco tempo, porém, os cristãos viram-se reforçados com os exércitos oriundos de reino galês, da Grã-Bretanha, ansiosos por tomar, também eles, parte na disputa.

“O eco do apelo de Urbano II ultrapassou todas as previsões. Ele alcança não só os cavaleiros do sul de França, cuja participação não era esperada, mas também numerosos cavaleiros da ilha de França, de Champagne, da Lorena, da Flandres, da Renânia, assim como os normandos da Itália do sul. (...) Contrariamente a todas as expectativas, os pregadores populares espalharam o apelo do papa, inflectindo-o em função das crenças escatológicas. Sem o saber, Pedro o Eremita e Gautier Sans Avoir desencadeiam, entre os camponeses, um entusiasmo que conduz a partidas maciças, por vezes, de aldeias inteiras.”²⁰

Apesar da imensidão da força de Cristo, os turcos não se davam por vencidos e recusavam ceder Nicéia, aproveitando-se de um grande lago, junto a ela, para contra-atacar com o poderio naval, ao que os senhores cristãos reagiram, solicitando ao Imperador de Constantinopla o envio de barcos. Ele assim o fez. Com tudo isto, o exército turco compreendeu a derrota e solicitou ao Imperador que lhes permitisse abandonar a cidade, com as suas famílias, sem mais delongas. O Imperador acedeu ao pedido e Nicéia caiu, finalmente, em mãos do exército cristão.

Naturalmente, com as primeiras e significativas vitórias cristãs, foi inevitável que o exército inimigo procurasse vingar o sucedido. É assim que Boemundo, Godfroy e outros líderes cristãos se encontram, logo em seguida, fortemente atacados por turcos.

19 - “Tancredo de Hauteville, príncipe normando da Sicília (morto em Antioquia a 12 de dezembro de 1112)”, o nobre, “neto de Roberto Guiscard, Tancredo pôs-se ao serviço de seu tio Boemundo de Tarento para participar na Primeira Cruzada. Com Balduíno de Bolonha, deixa em setembro de 1097 o grosso da expedição para descer à planície ciliciana, onde se apodera de Tarso, Adana e Mamistra. Tendo participado no cerco e na tomada de Antioquia, distingue-se pela sua bravura no assalto a Jerusalém (15 de julho). (...) Inimigo declarado dos Bizantinos, a quem retirara Latáquia em 1108, Tancredo manteve, por represália, relações amistosas com vários príncipes árabes da região.”, obra citada, p. 47.

20 - Texto “Dois séculos de confrontos entre o Oriente e o Ocidente”, de Georges Tate, inserido na obra *As Cruzadas (1096-1270)*, pp. 20-21.

A rivalidade é feroz, as baixas imensas de ambos os lados e só a chegada das hostes do Bispo Adhemar de Puy permitiram aos cristãos vencer os mais de 360 mil inimigos. Relembre-se que o Bispo de Puy tinha sido definido, por Urbano II, como o líder da expedição cristã.

Antioquia torna-se, então, o ponto principal da disputa. De um lado e do outro as escaramuças são uma constante. Exércitos como os de Lorde Boemundo surgem em cena para auxiliar os demais. O sofrimento cristão, para resistir, é atroz. O inevitável acontece e Antioquia cai nas mãos inimigas, deixando para trás um rastro de cadáveres, num terrível massacre.

Após tantos banhos de sangue, finalmente os cruzados tomaram a iniciativa de avançarem para Jerusalém²¹. Com o apoio das recém-construídas torres de madeira e outras máquinas de combate, os soldados cristãos investiram fortemente. Após dias de ataques mal sucedidos, uma das zonas sarracenas fraquejou, permitindo a entrada dos francos na cidade. A partir daí, a tomada de Jerusalém foi mais facilitada, vindo a acontecer a 15 de julho de 1099.

Atentemos, antes de prosseguir, nas palavras de Foucher de Chartres, no seu apaixonado relato, descrevendo os primeiros momentos após a conquista de Jerusalém:

“Os nossos, percorrendo Jerusalém com a espada desembainhada, não deram tréguas a ninguém, nem àqueles que lhes imploravam misericórdia, e o povo dos infieis cai sob os seus golpes como caem, de um ramo sacudido, os frutos podres do carvalho, as bolotas agitadas pelo vento. (...)

Em seguida, clérigos e laicos dirigem-se todos juntos ao túmulo de Nosso Senhor e ao seu célebre templo, elevam aos céus os seus gritos de triunfo e cantam um cântico novo em honra do Altíssimo; levam todos ricas oferendas, prodigalizam as mais

21 - Segundo Guilherme de Tiro, cronista do século XIII, podemos aquilatar da situação da cidade, em torno de 1071: “Entre outras deslealdades mandou (*Sultão Hakim, califa do Egipto*) abater a Santa Igreja do Sepulcro de Jesus Cristo, que fora construída anteriormente por ordem do Imperador Constantino, pelo patriarca de Jerusalém chamado Máximo e que fora refeita por Modesto, outro patriarca do tempo de Heráclito. Então começou a situação de nossa gente a ser muito mais dura e dolorosa do que fora. (...) Doutra parte eram dolorosamente carregados de impostos e tarefas, contra os costumes e os privilégios que eles haviam recebido dos príncipes incrédulos. Até mesmo o que jamais lhes fora imposto, chegou a ser-lhes proibida: a celebração das suas festas. (...) Se acontecesse que algum cristão dissesse uma só palavra capaz de desagradar a esses infieis, logo, como se tivesse cometido um morticínio, era arrastado à prisão e lhe cortavam o pé ou a mão, ou podiam todos os seus bens ser confiscados pelo califa”.

humildes orações e visitam, embriagados de alegria, estes lugares santos, pelos quais suspiram há tanto tempo. Oh tempo tão ardentemente desejado! Oh tempo memorável entre todos os tempos! Oh acontecimento preferível a todos os acontecimentos! Este tempo era verdadeiramente o tempo desejado na sinceridade do coração.

E, com efeito, todos os sectários da fé católica aspiravam, em todas as suas preces e do fundo da alma, a ver os lugares onde Deus, o criador de todas as criaturas, se fez homem, nasceu, morreu, ressuscitou para levar ao gênero humano, multiplicado pela sua bondade, o dom da redenção e da salvação; a verem estes lugares, dizia eu, finalmente purgados da presença empestada dos pagãos que os habitavam e os sujavam havia tanto tempo com as suas superstições, e restabelecidos em todo o seu esplendor da sua antiga glória por homens crentes e confiantes no Senhor.”²²

Queremos, no entanto, aproveitar a oportunidade para deixar o outro lado da versão, no caso a visão árabe, da mesma tomada da cidade santa:

“A população da cidade santa foi passada ao fio da espada, e os Franj (Franco) massacraram os muçulmanos durante uma semana. Na mesquita Al-Aqsa, eles mataram mais de setenta mil pessoas. E Ibn al-Qalanissi, que evita manipular números inverificáveis, precisa: Morreu muita gente. Os judeus foram reunidos na sua sinagoga e os Franj queimaram-nos aí vivos. Eles também destruíram os monumentos dos santos e o túmulo de Abraão – a paz seja com Ele! Entre os monumentos saqueados pelos invasores conta-se a mesquita de Omar (...)

Uma das primeiras medidas tomadas pelos Franj é a de expulsar da igreja do Santo Sepulcro todos os sacerdotes dos ritos orientais – Gregos, Georgianos, Armênios, Coptas e Sírios – que aí oficiam juntos em virtude de uma antiga tradição que todos os conquistadores haviam respeitado até então. Atorreados por tanto fanatismo, os dignitários das comunidades cristãs orientais decidem resistir. Eles recusam revelar ao ocupante o lugar onde esconderam a verdadeira cruz na qual Cristo morreu. Para estes homens, a devoção religiosa no tocante à relíquia combina-se com altivez patriótica.

22 - A 1ª Cruzada, um relato de quem lá esteve, Foucher de Chartres, pp. 71-72.

Não são eles, ao fim e ao cabo, os concidadãos do Nazareno? Mas os invasores não se deixam de modo algum impressionar. Prendendo os sacerdotes incumbidos da guarda da cruz e submetendo-os à tortura para lhes arrancar o seu segredo, conseguem arrebatar à força aos cristãos da cidade santa a mais preciosa das suas relíquias.”²³

Com a conquista de Jerusalém estava, efetivamente, concluída a missão principal a que os cruzados, desta primeira investida, se tinham proposto. O Santo Sepulcro repousava agora nas mãos cristãs e, todos aqueles que tinham dado o corpo ou a vida em prol da empreitada, sentiam-se agora devidamente recompensados. Por isso, não é de espantar que a sua grande maioria tenha, posteriormente, regressado aos seus respectivos países. Este domínio, em lugar santo, aumentou, naturalmente, a frequência das peregrinações. Mas, como é óbvio de perceber, existe sempre um lado inverso da questão e, no caso, tornaram-se mais frequentes as invasões, por saqueadores, dos caminhos de romaria. Isso incrementou os assaltos às caravanas, assim como alguns assassinatos.

O lugar da crucificação, ressurreição e ascensão de Jesus Cristo era, na ocasião, um lugar muito perigoso, apesar daquilo que, à partida, seria de supor, com a respectiva conquista cristã. Apesar de os Francos a terem transformado numa cidade católica, tendo os santuários sido reconstruídos e utilizados pelas comunidades religiosas, e onde os visitantes ocidentais poderiam aceder às tradicionais liturgias, a verdade é que a presença constante de elementos indesejáveis da sociedade, em busca de pilhar o que os peregrinos traziam em suas oferendas e haveres pessoais, a tornavam um alvo fácil, visto não existir uma milícia que pudesse proteger os crentes. Como é referido na seguinte obra, “com a vaga popular e cavalheiresca retrocedendo da Terra Santa conquistada para a cruz, o Próximo Oriente reencontrava os seus demônios familiares: divisão das comunidades de fé e de esperança, encanto do clima e da paisagem, corrupção do poder... os Estados latinos eram uma ilha sitiada do Ocidente. O velho Islão do Cairo e de Damasco, as jovens ambições da montanha curda, a ferocidade alegre das tribos turcas, juntavam-se para lançar os Francos no mar... Faltava à Terra libertada uma força permanente”²⁴.

Na verdade, cerca de uma década após a tomada de Jerusalém, uma nova ordem militar e religiosa vem colmatar a lacuna e irá esculpir o seu nome na história de uma forma tão indelével que, ainda atualmente, passados tantos séculos, vê-se reconhecida em todo e qualquer lugar²⁵.

23 - *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, Amin Maalouf, pp. 70-71.

24 - *As Cruzadas (1096-1270)*, p. 53.

25 - Convém frisar que o presente capítulo é, em grande medida, baseado no capítulo similar, publicado em *Os Templários e o Brasil*, obra publicada por nós no Brasil, com a chancela de Editora Flâmula.

2. Regra

“Os Templários são ainda hoje (e sobretudo hoje) uma instituição difícil de entender. Representavam uma aplicação no campo militar do princípio ascético e da disciplina monástica cisterciense (cuja eficácia conhecemos em Portugal na valorização produtiva da terra) e ocupavam na Guerra Santa os pontos extremos e arriscados. Salientaram-se sobretudo nas ações perigosas, como a da defesa de São João de Acre, na qual todos os combatentes templários, incluindo o mestre, se deixaram massacrar.”

Antônio José Saraiva, *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*



Convento de Cristo - Tomar - Pt

Oratório - Convento de Cristo - Tomar - Pt



A história dos Templários, sobretudo porque se tratava de uma instituição de nível mundial, tornava crucial que todos se regessem pela mesma regra. É assim que, pouco depois da criação da Ordem na Terra Santa, Hughes de Payens²⁶, primeiro Mestre da sua história, escreve entusiasmada missiva ao monge cisterciense mais famoso da sua época, São Bernardo, o auxílio na tarefa de proporcionar um texto adequado às pretensões desta nova milícia. Deste modo surge a missiva abaixo, como resposta ao apelo do cavaleiro templário.

Em Louvor de uma Nova Cavalaria (*Liber ad milites Templi: De laude novae militae*)²⁷

Prólogo – Se não estou enganado, meu caro Hugo, pediste-me, não uma nem duas, mas três vezes para escrever umas breves palavras de exortação a ti e aos teus camaradas. Afirmaste que, se me não é permitido brandir a lança, pelo menos deveria direcionar a minha pena contra a ameaça tirânica, e que este, mais moral que material, apoio seria de grande ajuda para ti. Demorei algum tempo, não por desdenhar o pedido, mas antes com medo de ser acusado de o tomar de ânimo leve e despreocupadamente. Pensei ir apenas servir de remendo a uma tarefa que poderia ser mais bem efetuada por uma mão mais qualificada (...) Tendo-te feito esperar imenso tempo, sem ser de propósito, fiz agora o que pude, a fim de que a minha inabilidade não fosse confundida por desinteresse. O leitor que julgue o resultado. Se alguém considerar o meu trabalho insatisfatório ou falho de qualidade, permanecerei feliz na mesma, pois falhei tentando dar o meu melhor.

Capítulo I (Uma palavra de exortação aos Cavaleiros do Templo) – Ao que julgamos saber apareceu recentemente na Terra uma Nova Cavalaria, precisamente naquela parte do Oriente que mais nos toca. Se antes incomodava a princesa da escuridão pela força da sua poderosa mão, agora golpeia os seus seguidores, filhos da descrença, dispersando-os às mãos dos seus poderosos.

26 - No que diz respeito ao primeiro Mestre da Ordem, na cidade de Jerusalém, e até porque se trata de uma personalidade cuja biografia, ainda atualmente, se encontra deveras incompleta, atentemos nas palavras de Stephen Howarth, o qual declara: "o próprio Hugo de Payens tinha sido casado – é um dos poucos pormenores conhecidos da sua vida. A mulher morrerá-lhe, embora não se saiba quando, e talvez tenha sido a sua morte que o levou a ser cruzado. O casal tinha um filho, que se tornou abade em St. Colombo, em Sens, e era, como o pai, membro da nobreza média." Os Cavaleiros Templários, p. 69.

27 - O presente texto faz parte da obra The Cistercians Fathers Series: Nr. 19, The Works of Bernard of Clairvaux: V. VII, Treatises III, com tradução de Conrad Greenia, Cistercian Publications, Kalamazoo – Michigan (1977). Podemos consultar, on-line, dois locais onde a mesma pode ser lida: <http://orb.rhodes.edu/encyclop/religion/monastic/bernard.htm> (enciclopédia de estudos medievais) e em <http://www.knight.hpg.ig.com.br/laude.htm>.

Mesmo agora ela traz a redenção do seu povo erguendo para nós, novamente, a corneta da salvação na casa do seu servo David. Isto é, digo eu, uma nova forma de Cavalaria e desconhecida dos antepassados. Incessantemente disputa uma guerra dupla, quer contra a carne e sangue, quer contra um exército espiritual diabólico no seu Paraíso. (...) Ele é realmente um destemido cavaleiro e protegido em qualquer lugar, pois a sua alma está protegida pela armadura da fé e o seu corpo protegido pela armadura de ferro. Está assim duplamente armado e não teme demônio ou homem. Não que tema a morte – não, ele deseja-a. Porque deveria temer a vida ou temer a morte, se vive para Cristo, e morre para alcançá-lo? De bom grado e de boa fé ele ergue-se por Cristo, mas ele prefere dissolver-se e estar com Cristo, de longe a melhor coisa.

Avançai, então, confiantes cavaleiros, e repeli as ameaças à Cruz de Cristo com um coração vigoroso. Agora que nem a morte nem a vida vos pode separar do amor de Deus, que reside em Jesus Cristo, e em cada perigo repitam: Quer vivamos quer morramos, pertencemos ao Senhor! Que glória regressar vitorioso de tal batalha! Quão abençoado morrer como mártir! Rejubilai, bravo atleta, se viveis e morreis pelo Senhor; mas glorificai-vos e exultai ainda mais se morreis para vos juntardes ao Senhor. A vida, de fato, é algo prolífico e a vitória gloriosa, mas uma morte santa é mais importante que isso. Se são abençoados os que morrem com o Senhor, muito mais serão os que morrem pelo Senhor!

Para ser sincero, aos olhos do Senhor, tanto a morte na batalha como na cama lhe são santas, mas morrer combatendo é mais precioso visto ser mais glorioso. Quão segura é a vida quando a consciência permanece sem mácula! Quão segura, eu digo, é a vida quando a morte é antecipada sem medo; ou até mesmo quando é desejada com sentimento e aceite com reverência! Quão santa e segura é a cavalaria, e tão mais isenta de riscos, do que aquela praticada pelos homens que não combatem por Cristo! (...)

Capítulo II (Sobre a cavalaria secular) – Qual é, então, o objetivo e propósito desta cavalaria secular, se assim a posso definir? Qual, senão o pecado mortal da vitória e a morte eterna do vencido? Bem, deixai-me então servir-me das palavras do Apóstolo e exortar aquela que cultiva a esperança e que colhe, no sentido de alcançar o seu objetivo. Que monstruoso erro, ó cavaleiros, é este, e que urgência insuportável é esta que vos leva a combater com tamanha pompa e esforço, tendo como propósito nem mais nem menos que a morte sem pecado? Cobris os vossos cavalos com seda e enfeitais a vossa armadura de formas que nem sei explicar; pintais os vossos escudos e as vossas selas; adornais os vossos freios e esporas com ouro, prata e pedras preciosas, e então, em toda a vossa glória, correis em direção a vossa ruína com cólera e loucura destemidas. Serão essas as vestimentas de um cavaleiro ou não serão antes os adornos de uma mulher?

Pensais que as espadas dos vossos inimigos fugirão ante o vislumbrar do vosso ouro, pouparão as vossas jóias ou serão impotentes para furar a vossa seda?

Como bem sabeis por experiência própria, um guerreiro necessita especialmente de três coisas – tem de guardar a sua pessoa com força, argúcia e cuidado; tem de estar livre de movimentos e tem de ser rápido a desembainhar a espada. Então porque vos tapais com fechos efeminados e vos cobris com longas túnicas, enterando as vossas delicadas mãos em grandes e incômodas mangas? Acima de tudo, existe uma terrível insegurança da consciência, apesar de toda a armadura, pois atrevestes-vos a tentar tão perigosa empresa, assente em bases tão frívolas e delicadas. Qual é outra causa de disputas e de guerras entre vós, senão inexplicáveis momentos de raiva, a avidez por uma glória vã ou a procura de possessões terrenas? Não é certamente seguro matar ou ser morto por tais razões.

Capítulo III (Sobre a Nova Cavalaria) – Mas os Cavaleiros de Cristo podem combater, de forma segura, as batalhas do seu Senhor, não temendo se derrotam o inimigo ou se morrem; visto que infligir a morte ou morrer por Cristo não é pecado, mas, pelo contrário, um abundante apelo à glória. No primeiro caso, ganha-se por Cristo e no segundo ganha-se o próprio Cristo. (...) Se ele mata um malfeitor, ele não é um assassino, mas, se assim o posso afirmar, um matador do mal. (...) Rejubilai Jerusalém e reconhecei a altura em que sois vós visitada! Alegrai e rezai, restos de Jerusalém, pois o Senhor confortou o seu povo. Ele resgatou Jerusalém. O Senhor mostrou o seu santo braço à vista de todos. Ó virgem de Israel, caíste e não havia ninguém para levantar-te. Levanta-te e sacode o pó, Ó virgem, filha cativa de Sião. Levanta-te, digo eu, e põe-te direita. Observa a alegria que te surge vinda de Deus. Não mais serás referida como a esquecida. (...)

Capítulo IV (Sobre o estilo de vida dos Cavaleiros do Templo) – Em primeiro lugar, a disciplina jamais faltará e a obediência não será desprezada. Como as Escrituras testemunham, o filho indisciplinado deverá perecer e a rebeldia é como o pecado do bruxedo, recusar obediência é como o crime de idolatria. Doravante, obedecerão às ordens do seu superior. Vestirão o que ele lhe der e não terão a presunção de vestir ou comer algo vindo de outro lado. (...) Não deverão nunca sentar-se no ócio ou vaguear sem propósito, mas, em raras ocasiões, quando não estiverem em serviço, deverão preocupar-se em ganhar o pão ao reparar a sua armadura conquistada e a sua vestimenta de ferro, ou simplesmente preocupando-se em organizar as coisas. Para o mais, serão guiados pelas necessidades comuns e pelas ordens do seu mestre. (...) Como que numa maravilhosa e única maneira eles parecerão gentis como cordeiros mas mais perigosos que leões. Não sei se será mais apropriado chamar-lhes monges ou soldados, mas talvez seja mais correto reconhecê-los como possuindo ambas as atribuições.

De fato, não lhes falta a serenidade monástica nem o empenho militar. O que podemos dizer, senão que isto foi encomendado pelo Senhor, e que é maravilhoso aos Seus olhos. Estas são as escolhidas tropas de Deus, que ele recrutou dos quatro cantos do Mundo; os valentes homens de Israel escolhidos a dedo para guardar fielmente o túmulo que é a cama do verdadeiro Salomão, cada qual com uma espada na mão e soberbamente treinado para a guerra.

Capítulo V (O Templo de Jerusalém) – O seu quartel de fato é o próprio Templo de Jerusalém, que não é tão vasto quanto a ancestral obra-prima de Salomão, mas, ainda assim, não menos glorioso. É verdade que toda a magnificência do primeiro templo residia nos efêmeros ouro e prata, em pedras polidas e madeiras preciosas; enquanto que toda a beleza e graciosidade que adornam o presente templo reside no fervor religioso dos seus ocupantes e no seu comportamento bem disciplinado. No antigo, podia contemplar-se todo o gênero de bonitas cores, enquanto que no atual é possível venerar todo o tipo de virtudes e bons serviços. De fato a santidade é o ornamento ideal para a Casa de Deus. Podemos deslumbrar-nos com esplêndidos méritos em vez de mobília esplendorosa e ser cativados antes por corações puros do que por decorações douradas. (...)

Salve terra prometida, fonte de leite e mel para os teus ancestrais habitantes, agora tornada fonte de cura milagrosa e sustento vital para toda a Terra! Sim, eu digo, és o ótimo e excelente solo que recebeste nos teus profícuos interiores a semente divina da Terra do Pai Eterno. Que rica quantidade de mártires produziste através dessa semente divina! (...) Na realidade, coisas gloriosas são ditas sobre ti, cidade de Deus. Agora iremos levar avante algo para teu deleite abundante, para louvor e glória do teu nome.

Deste modo, e apesar das hesitações iniciais, o monge de Claraval aceita a importante tarefa, criando um texto que “abrange 72 artigos, parágrafos, ou capítulos. Tudo o mais, exceto o Prólogo, é do âmbito das Constituições ou Estatutos, de redação posterior, inspirado na espiritualidade inicial e iniciática. Em 1215, no Concílio de Latrão, o papa Inocêncio III, pastor da Mendicância, determinou que toda e qualquer Ordem nova que surgisse, se deveria abster de redigir *regra nova*, *regula nova*, devendo adotar uma das Regras antigas (...) Eles aceitaram viver, a partir de certo momento, a Regra de Santo Agostinho. Convém sublinhar que a Regra augustina é muito breve e profundamente ascética, apresentando apenas sete capitulozinhos sobre as questões fundamentais. (...) Balduino de Jerusalém sentiu a necessidade de aquela nova Cavalaria estar na cidade santa de forma organizada, e por isso fez sentir a Bernardo de Claraval a urgência de uma Regra – *certam vitae normam* – que os mesmos Cavaleiros desejavam.

(...) Bernardo de Claraval²⁸ redigiu a Regra, decerto mediante consultas a Hugo, no aspecto militar e, uma vez redigida, e submetida a considerável número de hierarcas franceses, o Concílio de Troyes, reunido em 13 de janeiro de 1128, no nono ano da fundação da Ordem, ouviu de Hugo de Payens a leitura da Regra, que foi aprovada, confirmando-se desse modo a canonicidade da nova Ordem.”²⁹

Conforme podemos verificar, após uma análise exaustiva à história dos cavaleiros de mantos brancos, a grande verdade é que a sua *Regra*, espaço teórico onde vão *beber* o seu quotidiano, tornou-se leitura e estudo tão obrigatórios quanto o da própria Bíblia Sagrada. Efetivamente, “para os Templários, a Regra é a alma, o princípio vital da Ordem. Quer os mestres desapareçam, se sucedam ou não estejam disponíveis, mantém-se um princípio superior ao qual cada um pode recorrer. É a derradeira fortaleza do Templo”. Na verdade, os Templários “assim vão, guerreando entre céus e areia, raramente lavados, sujos de poeira, os cabelos curtos, mal tratados, hirsutos, a pele gretada pelo calor”³⁰, isto é, da forma extraordinariamente humilde, tal como era pretensão da Regra definida por São Bernardo, também ele vivendo, a vida inteira, na maior pobreza possível.

Seja como for, ainda subsistem algumas dúvidas quanto à Regra adotada, no Concílio de Troyes, no ano de 1128. Portanto, devemos atentar nas seguintes palavras de um dos mais importantes estudiosos do tema.

“Alguns, como A. Lutrell, pensam em uma regra *fortemente agostiniana*. Templários e Hospitalários se colocariam dentro da *Ordo Canonicus* e não da *Ordo Monasticus*, uma vez que seguiam em sua prática religiosa as horas canônicas e o ofício das nove lições das matinas (e não o ofício das doze lições das horas monásticas). Parece-me, ao contrário, que a Regra tinha um espírito beneditino, imitando em grande parte, e às vezes literalmente, a Regra de São Bento – o que não deve espantar, considerando o papel desempenhado por São Bernardo em sua elaboração.

28 - No texto “S. Bernardo e a Cruzada”, por Jean-Philippe Legat, inserido na obra *As Cruzadas (1096-1270)*, podemos conhecer um pouco melhor desta figura histórica. “Bernardo, abade de Claraval, é de estatura média e de aparência frágil. Aos cinqüenta e seis anos, a barba e os cabelos ruivos estão matizados de branco. A saúde é má: dores atrozes torturam um corpo que ele maltrata como um companheiro incômodo da alma. Está vestido com uma pobre roupa de lã não tingida. Os pés estão nus enfiados em sandálias de couro e avança um pouco curvado, cansado, humilde. Como todos os monges cistercienses, Bernardo é pobre.”, p. 51.

29 - *A Regra Primitiva dos Cavaleiros Templários*, Pinharanda Gomes, pp. 7-18.

30 - *Michel Picar*, *Os Templários*, pp. 45-61.

Recente e exegeta da Regra, S. Cerrini coloca, a meu ver, um ponto final na polêmica: *O texto latino da Regra é inteiramente construído sobre a Regra de São Bento. Assim, a hipótese segundo a qual a Regra do Templo seria extraída da Regra de Santo Agostinho é desprovida de fundamento. E diz também: Isso significa que os padres do Concílio escolheram para os Templários o modelo monástico ocidental. Era essa mesma vontade de assimilar os Templários aos monges que se encontrava no De Laude de São Bernardo, ao passo que a origem do Templo deve ser buscada antes junto aos cônegos regulares do Santo Sepulcro de Jerusalém. Destes últimos, como nos indica a própria Regra, os Pobres Cavaleiros de Cristo mantiveram os seus usos litúrgicos.*"³¹

Segundo se sabe, "da Regra do Templo, possuímos seis manuscritos latinos e quatro franceses (estes compreendendo os *Retrais*). O manuscrito de Barcelona é composto em língua de *Oïl* matizada por expressões da Occitânia. Outras fontes dão ciência de 15 manuscritos da Regra e de *Retrais* hoje desaparecidos. O Templo utilizava duas línguas oficiais, o latim e o francês de *Oïl* (o manuscrito de Roma, por exemplo); o occitano ficava restrito ao domínio provençal e languedociano"³².

Desta mistura de documentos, extraímos, então, a versão que aqui inserimos pelo fato de ser, em larga medida, aquela que se considera mais próxima da versão oficial e que tem sido seguida por grande parte dos investigadores mundiais, no que diz respeito à análise afinçada dos preceitos pelos quais se regiam os Pobres Cavaleiros do Templo de Salomão que, no ano de 1118, quis o destino se unissem, em número inicial de nove elementos, para fundar uma nova milícia, a qual, em poucos anos, se veio tornar a mais famosa de entre todas as que jamais existiram.

Regra dos Cavaleiros Pobres do Templo de Jerusalém (*Regula Pauperum Commilitonum Templi in Sancta Civitate*)³³

31 - Alain Demurger, Os Cavaleiros de Cristo..., pp. 72-73.

32 - *Idem*, p. 76.

33 - *O original da Regra está em La Règle du Temple, da autoria de Henri de Curzon (1886, Edição: Librairie Renouard, Paris). Em português temos a obra de Pinharanda Gomes, onde obtivemos a referência a um texto antigo, de Alexandre Ferreira (1735), intitulado Suplemento Histórico ou Memórias e Notícias da Célebre Ordem dos Templários, no qual o autor extrai e traduz, para português, esta Regra, baseado na obra História Cronológica das Ordens Militares (Veneza, 1692), tendo como autor o Abade Bernardo Justiniano. Segundo Alain Demurger, na obra anteriormente citada, p. 11, "na British Librabry de Londres encontra-se um manuscrito em que a Regra Latina do Templo é associada aos Estatutos da Ordem do Tosão de Ouro".*

1. Vós outros, que renunciastes os próprios afetos, e os demais, que em vossa companhia militam por tempo determinado com armas, e cavalos em serviço do Supremo Senhor Rei dos Reis, e pela salvação das almas; procurai geralmente todos assistir com pio, e puro afeto às Matinas, e a todo o Ofício Divino inteiramente, conforme a Instituição Canônica, e costume dos observantes Religiosos da Santa Cidade. E por isso a vós outros, Veneráveis Irmãos, obriga com especialidade; porque desprezando as cousas desta vida, sem temer os trabalhos do corpo, oferecestes pisar perpetuamente o enfurecido Mundo pelo serviço de Deus. Satisfeitos, pois, fortalecidos com o Manjar Celestial, e esforçados com os Divinos preceitos, ouvida Missa, nenhum tema a batalha, seguro da vitória.

2. Se algum faltar ao Ofício Divino por ocupações da Crisandade do Oriente (de cujo acidente não duvidarmos) na tal ausência julgamos por louvável, e declaramos unânimes por devido, que pelas Matinas rezem três vezes o Pai-Nosso, e por cada uma das outras sete, e pelas Vésperas nove. Porque os assim ocupados em trabalhos de tanta utilidade, não podem acudir a tempo ao Ofício Divino; mas, se puderem, não deixem passar o tempo, sem cumprir a obrigação do seu Instituto.

3. Quando algum dos Religiosos perpétuos acabar a vida a império da morte, inexorável a todos, mandamos aos Capelães e Clérigos, que por certo tempo servem na vossa companhia ao Sumo-sacerdote, que digam, com pura intenção solenemente por ele a Missa, e Ofício dos Defuntos. (...) Pedimos além disto com toda a caridade, e com autoridade Pastoral mandamos, que quarenta dias se dê de comer a um pobre, gastando com ele o mesmo, que com o Irmão Freire defunto se gastava e devia gastar. E com isto proibimos todas as demais esmolas e ofertas.

4. As ofertas, e todo o gênero de esmolas que se fizerem de qualquer sorte aos Capelães, e aos demais, que por tempo certo assistem, com especial cuidado mandamos se dêem à Comunidade de todo o Capítulo. Aos Ministros pois, e criados da Igreja se lhes dê somente o sustento, e vestido com a decência conveniente; e não poderão eles pretender que se lhes dê mais; senão quando os Mestres por sua graciosa vontade lhes quiserem dar alguma cousa mais.

5. Há Cavaleiros, que por tempo certo, e determinado vivem em união com nós outros na Casa de Deus, e Templo de Salomão. Pelo que com especial paixão vos pedimos, rogamos, e finalmente com todo o encarecimento vos mandamos, que quando a temerosa Mão de Deus tirar algum desta vida, deis, pela alma do defunto, a um pobre de comer por sete dias.

6. Determinamos, como dizemos acima, que nenhum dos Religiosos perpétuos pretenda fazer outras ofertas, e esmolas; senão que em todo o tempo com puro coração, se conserva na sua vocação, para se fazer semelhante aos mais

sábio dos Profetas, que dizia: *Beberei o Cálice da salvação, e na minha morte imitarei a do Senhor*. Porque assim como Cristo Nosso Senhor deu a sua vida por mim; assim devo estar disposto a oferecê-la por meus Irmãos. E esta é a melhor oferta, e a vítima mais agradável a Deus.

7. Porque temos sabido por notícia segura, que ouvis o Ofício Divino com assistência excessiva em pé; não só mandamos se prossiga tal cerimônia; antes a condenamos, ordenando que, acabado o Salmo *Venite exultemos Domino*, com o Invitatório e o Hino, se sentem todos, assim os achacados, como os vigorosos, para evitar escândalo. (...)

8. Entendemos, que todos comeis em Comunidade em uma casa, ou Refeitório; aonde se faltar alguma cousa (ignorando o sinal com que se há-de pedir) se pedirá particularmente, e sem fazer ruído, porque sempre, ainda as cousas, que são precisas, haveis de buscar com humildade, e sujeição, e mais particularmente na mesa, pois como diz o Apóstolo: *Come o teu pão com silêncio*. (...)

9. Ao jantar, e ceia se leia sempre algum livro sagrado. E se amamos ao Senhor, com muita atenção devemos escutar os seus saudáveis conselhos e preceitos: e o que ler faça sinal, para que todos se calem.

10. Não se coma mais que três vezes carne na semana, exceto nas Festas do Nascimento, da Virgem Maria Nossa Senhora, e de Todos os Santos; porque o comer ordinariamente carne é um estrago dissimulado do corpo. Porém, se na terça-feira cair algum jejum da Igreja, em que se proíbe de comer carne, no dia seguinte se dê com mais abundância a todos. No Domingo aos Religiosos perpétuos, e Capelães, se lhes dêem dois pratos em honra da Sagrada Ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo. Os demais, como são os escudeiros, e criados contentem-se com um, e o recebam com ação de graças.

11. Convém que comam geralmente todos de dois a dois, para que um cuide com atenção do outro, e se não introduzam no comer asperezas de vida em abstinências dissimuladas. Julgamos, que a cada um dos Soldados, ou Religiosos se lhes dê com igualdade, e pela mesma medida a ração do vinho.

12. Nos mais dias, que são segunda, quarta e sábado, parece-nos que basta dar-lhes dois ou três pratos de legumes, ou semelhantes guisados. E mandamos que se observe assim, porque se algum deles não comer de um, coma do outro.

13. Nas sextas-feiras, desde a Festa de todos os Santos, até à da Ressurreição (não sendo dia de Natal, festas de Nossa Senhora ou de Apóstolos), temos por mui louvável que comam todos na mesma forma; que na Quaresma, uma vez ao dia, em reverência da Paixão do Senhor, exceto os enfermos, e achacados. No outro tempo, não havendo jejum universal, comam duas vezes ao dia.

14. Mandamos, sem exceção de pessoa alguma, dêem todos depois de jantar e ceiar, as devidas graças, com um coração humilde, ao nosso Sumo Procurador Jesus Cristo, ou na Igreja se estiver junto, ou no mesmo lugar da mesa. Guarde-se o pão (que ficar inteiro), e dos pedaços, que sobejarem e se dêem aos pobres e criados.

15. Ainda que aos pobres lhes está prometido o prêmio da pobreza, que é o Reino dos Céus, com tudo isto, vós outros, a quem confessa por pobres a Fé Cristã, dareis ao Esmoler o dízimo de todo o pão que vos derem.

16. Ao pôr-do-sol, ouvido o sinal conforme o costume dessa região, convém muito que todos vão a Completas; porém, antes delas, desejamos que tomem uma colação em Comunidade. Esta refeição deixamos ao arbítrio do Mestre, quer seja de água ou de vinho aguado, como ele o dispuser e mandar; porém convém que isto não seja com demasia e destemperança, mas parcamente; pois vemos que também os sábios se descompõem com o vinho.

17. Acabadas as Completas, é conveniente que se vão recolher: saindo das Completas nenhum fale em lugares públicos, senão de cousas necessárias; e o que tiver de falar com o seu escudeiro seja em voz baixa. (...) Mandamos pois que se guarde o silêncio, porque está escrito: *Que no muito falar não faltará pecado*, e em outra parte: *A morte e a vida estão nas mãos da língua*. Naquela proibimos as chanças e palavras ociosas, que ocasionam riso: e mandamos que, se algum tiver falado com pouca atenção, reze, quando se for deitar, um Pai-Nosso com toda a humildade e devoção.

18. Porque se mani festa não ser justo que se levantem a Matinas os que se acharem cansados. Mandamos que, com licença do Mestre, ou do que estiver em seu lugar, descansem; e depois cantem as treze orações assinaladas; de sorte que com as vozes se ajuste a atenção, pois diz o Profeta: *Cantai ao Senhor sabiamente*, e em outra parte: *Em presença dos Anjos cantarei os vossos louvores*, mas isto sempre a arbítrio do Mestre.

19. Nas letras sagradas se lê: *Que se dava a todos, conforme o que a cada um era necessário*. Por isso mandamos que não haja acepção de pessoas, senão exame das necessidades. O que menos necessita dê graças a Deus e se não entristeça pelo que derem ao outro. O que necessite mais, humilhe-se por sua fraqueza, e não se ensoberbeça na misericórdia, que com ele se usa: e assim viverão unidos os membros deste religioso corpo. Proibimos a todos a singularidade nas mortificações e mandamos que guardem a vida comum.

20. Nós ordenamos que os hábitos de todos os Irmãos deverão ser de uma só cor, a saber: branca, preta ou castanha. E garantimos a todos os Irmãos Cavaleiros no Inverno e no Verão, se possível, um manto branco; e a ninguém, que não

pertença aos denominados Cavaleiros de Cristo, será permitido envergar o manto branco, para que aqueles que abandonem a vida de escuridão se reconheçam mutuamente como tendo-se reconciliado com o Criador através do símbolo dos hábitos brancos: que significa pureza e castidade completa. (...) Proibimos sapatos pontiagudos e cadarços e proibimos qualquer Irmão de os usar (...) Pois essas abomináveis coisas são manifestamente conhecidas serem pertencas dos pagãos.

21. Usem pois (*os criados*) vestidos negros, e se não os acharem dessa cor, vistam do que se puder achar naquela Província, ou o mais grosseiro vestido, que de uma cor se puder descobrir, como o burel.

22. A nenhum tempo seja lícito trazer mantos brancos, ou capas da dita cor, senão aos Cavaleiros perpétuos de Cristo.

23. Determinamos de comum consentimento, que nenhum Cavaleiro use de peles preciosas para vestido comum, nem para cobertor, senão de peles de cordeiros ou carneiros.

24. O Roupeiro procure com todo o cuidado distribuir os vestidos velhos aos escudeiros, criados e pobres, fiel e igualmente.

25. Se algum Irmão, como devido, e com ânimo soberbo, pretender os vestidos mais novos e curiosos, por tal pretensão merece que se lhes dê os piores.

26. Convém que os procuradores dos vestidos procurem dá-los ajustados à estatura de cada um, que não seja mais largo ou curto: e nisto sejam curiosos.

27. O Procurador, no tamanho dos vestidos, como se disse acima, observe com amor fraternal ajustar a medida, para que os olhos dos murmuradores, que tudo censuram, não tenham que notar. E em tudo considere a justiça e igualdade de Deus.

28. A todos, principalmente os que não estão na campanha, convém terem cortados os cabelos, a uma mesma proporção, e pelos lados da cabeça com a mesma ordem; e o mesmo se guarde na barba; para que não se note o vício em demasia e gala.

29. Não há dúvida que é de Gentios levar trança e copetes; e pois isto parece tão mal a todos, o proibimos, e mandamos que nenhum traga tal alinhó, nem permitimos, aos que servem por determinado tempo, estas tranças e copetes. E mandamos que não tragam crescido o cabelo, nem os vestidos demasiadamente compridos; porque aos que servem ao Sumo Criador, lhes é necessária a interior e exterior pureza, afirmando-o assim quem disse: *Sede puros, porque eu o sou.*

30. Cada um dos militares pode ter três cavalos, porque a muita pobreza da Casa de Deus, e Templo de Salomão, não dá lugar a que por ora seja maior o número: salvo com licença do Mestre.

31. Pela mesma causa concedemos a cada um dos Cavaleiros um escudeiro somente. Porém se este servir sem estipêndio graciosamente, ou pelo amor de Deus; a nenhum é lícito maltratá-lo ou castigá-lo, ainda havendo alguma culpa.

32. Todos os Militares que, com pura intenção desejam militar em serviço de Deus Nosso Senhor em sua Santa Casa por tempo determinado, compreem cavalos e armas a propósito, para as ocasiões, que cada dia se oferecem, e todo o necessário para este efeito. Além disto, guardando-se igualdade de ambas as partes, julgamos ser útil e conveniente ajustar o preço dos cavalos; e que este se escreva, para que não se esqueça: e se lhe dê com toda a caridade tudo o que lhe for necessário, para si, para o cavalo e escudeiro das rendas da Casa, e além disto os arreios do cavalo, conforme as possibilidades da Casa. Porém, se por algum acaso perder o cavalo no serviço da Ordem, o Mestre lhe dê outro, se o permitir a renda do Convento. Mas chegado o tempo de tornar à Pátria, o Soldado pelo amor de Deus perdoe a metade do preço e a outra, em querendo, a pode pedir ao Convento.

33. Convém aos Religiosos Militares, que nenhuma cousa buscam e amam, mais que a Cristo, pelo Instituto, que professam, ou pela glória da suma bondade de Deus, ou pelo temor do Inferno, que obedecam sempre ao Mestre. (...)

34. Os soldados hospitalares, que renunciaram à sua própria vontade, e aos demais, que servem por tempo assinalado, lhes mandamos com todo o encarecimento, que, sem licença do Mestre, se não atrevam a sair do Lugar, salvo ao Santo Sepulcro, e aos Santos Lugares, que se visitam dentro dos muros da cidade.

35. Os que saírem desta maneira, nem de dia nem de noite, vão sem companhia; isto é, sem Cavaleiro ou Religioso dos perpétuos. Quando vão no exército, depois que estiverem aquartelados, nenhum Soldado, ou escudeiro, ande pelos quartéis dos mais, para ver ou falar com algum, se não é com licença, como está dito; e assim de comum consentimento ordenamos que nenhum Soldado desta Ordem milite a seu arbítrio, mas se sujeite inteiramente ao que o Mestre lhe ordenar, seguindo o conselho do Senhor que diz: *Não vim a fazer o meu gosto, mas o de quem me mandou.*

36. Mandamos que entre os mais se observe este costume, por evitar o vício de cada um diligenciar para si as suas conveniências. Nenhum dos Militares perpétuos busque para si cavalos ou armas. Como pois se há-de portar? Se os seus achaques, ou as poucas forças do cavalo, ou o peso das armas, é de tal sorte que o ir com elas será dano comum, apresente-o ao Mestre, ou ao que tiver o seu lugar, e proponha-lhe com sinceridade o inconveniente. E assim fique à disposição do Mestre e, na sua falta, do Mordomo.

37. Mandamos que de nenhuma sorte se leve ouro ou prata (que é especialmente precioso) nos freios, peitorais, esporas e estribos: nem seja lícito, a qualquer dos Militares perpétuos, comprá-los. Porém, se de esmola lhes derem alguns destes instrumentos velhos e usados, cubram o ouro, e a prata da sorte, que o seu luzimento e riqueza a ninguém pareça vaidade. Porém se os que se derem forem novos, o Mestre disponha deles a seu arbítrio.

38. Não se ponham guarnições nas lanças, nem escudos, porque isto não só não é de utilidade alguma, porém se reputa por danosa a todos.

39. Pode o Mestre dar cavalos e armas, e tudo o que quiser, a quem lhe parecer por bem.

40. A ninguém se concede ter cota ou malha em propriedade. Manifestar-se-ão de sorte que nenhum possa usar delas sem licença do Mestre, ou de quem tem o seu lugar nos negócios da Casa. Nesta Regra não se compreendem os Procuradores, e os que vivem em várias terras, nem os Mestres Provinciais.

41. Nenhum dos Religiosos pode abrir cartas de seu Pai, ou de qualquer outra pessoa, nem outrossim uns dos outros, sem licença do Mestre ou Procurador. Depois que tiver licença, leia a carta diante do Mestre, se ele quiser. Se seus pais lhe mandarem alguma cousa, não se atreva a recebê-la sem gosto do Mestre. Esta Regra não se entende com o Mestre, nem Procurador da Casa.

42. (...) Vedamos pois, e com todo o esforço proibimos, que algum dos Religiosos perpétuos se atreva a referir de si, ou de outros os descaminhos da sua vida secular, que teve com mulheres perdidas: e se algum ouvir a outro tais palavras, o faça calar, e tanto que puder, com passos obedientes se saia da conversação, e não se dê a sua alma ouvido a quem vende tal veneno.

43. Se algum Irmão se lhe der alguma cousa sem o procurar, graciosamente leve-a ao Mestre ou Dispenseiro. Porém, se seu Pai ou algum amigo lhe der, com tal condição, que haja de servir a ele somente, de nenhum modo a receba sem licença do Mestre. Nenhum sinta que se dê a outro o que a ele presentearam, antes tenha por certo que agastando-se por isto ofende a Deus. Mas isto não compreende os Oficiais, a quem toca; porém são compreendidos no que toca à malha e cota.

44. A todos é útil este preceito estabelecido por nós outros, para que daqui em diante se guarde sem desculpa. E assim nenhum Freire se atreva a fazer freios, ou cabeçadas de linho ou lã, com o fim de que sirvam aos seus cavalos, nem os tenham. As rédeas poderão ser deste material.

45. Fica resolvido que nenhum, sem licença do Mestre possa trocar cousa alguma com outro Religioso, nem buscar ou pedir, senão um Religioso a outro, e cousa de pouco valor e estimação.

46. Sentimos todos que algum vá à caça de volateria, porque não está bem a um Religioso viver tão preso aos deleites humanos, senão ouvir a Divina palavra, estar freqüentemente na Oração, e nela confessar a Deus com gemidos e lágrimas, cada dia, os seus pecados. Nenhum pois vá com homem, que caça com falcões ou outras aves pela causa que se há dito.

47. Convém andar com toda modéstia religiosa, e sem risadas, e com humildade, falando pouco, e a seu tempo, e sem levantar muito a voz. Especialmente mandamos que nenhum Religioso professo intente nos bosques perseguir feras com besta ou arco, nem vá a esse fim com quem caçar, senão para guardá-los dos pérfidos Gentios: não incite os cães, nem pique o cavalo com intento de caçar alguma fera.

48. Nós coletivamente proibimos qualquer Irmão de caçar um pássaro com outro pássaro. Não é de bom-tom que um homem religioso ceda a prazeres. (...) A acima mencionada proibição de caçar não inclui o leão, pois este movimentase em busca de tudo o que consiga devorar, as suas mãos contra todo o homem e as mãos de todos os homens contra ele.

49. Sabemos que são inumeráveis os inimigos da nossa Santa Fé, e que procuram embaraçar com pleitos, aos que mais fogem deles. Seja pois nesta matéria o parecer do Concílio com acertada resolução; que se algum nas partes Orientais, ou em qualquer outra coisa, se queixar seja do que for contra vós, ouvi a sentença, que vos derem os Juízes ajustados e amigos da verdade; e mandamos que sem escusa alguma façais o que for justo.

50. Em todas as mais cousas, que injustamente vos tirarem, observai sempre esta Regra.

51. Por Divina Providência, como cremos, se começou por vós outros este novo gênero de Religião nestes santos Lugares; para que juntásseis com a Religião a Milícia, e fique a Religião fortificada com as armas, para fazer guerra justa ao inimigo. Com razão pois julgamos que se vos chamais Soldados do Templo tenhais e possuais (pelo insigne e especial merecimento da Santidade) casas, terras, vassalos, obreiros e os governeis e cobreis deles o tributo instituído e determinado.

52. Nós ordenamos, mercê de conselho pio, que os Irmãos fracos e idosos deverão ser honrados com diligência. (...) Deixai os Irmãos doentes ser tratados com consideração e servidos de acordo com as palavras do evangelista e de Jesus Cristo: *Infirmus fui et visitastis me*. O que significa: *Eu estive doente e visitaste-me*.

53. Mandamos encarecidamente aos Enfermeiros, que com toda a atenção dêem o que for necessário para o serviço e cura de qualquer enfermidade conforme a possibilidade da Casa: carne, aves e o mais necessário.

54. Há-de haver grande cuidado em que um não dê a outro ocasião de sentimentos; porque a Suma Clemência uniu com vínculo de Irmandade e amor igualmente aos ricos e aos pobres.

55. Se um homem casado solicitar admissão à fraternidade, benefício e devoções da Casa, permiti-vos que o receba nas seguintes condições: após a sua morte que vos deixe uma parte das suas posses até à altura e a totalidade daquilo que conseguir após a admissão. (...) Mas ele não deverá usar hábitos ou mantos brancos; para além do mais, se o senhor falecer antes da sua esposa, os Irmãos deverão assumir parte dos seus bens e deixar o resto à senhora.

56. É muito perigoso, fora deste caso, unir com vós outros algumas Irmãs; porque o inimigo comum derrubou a muitos a caminho do Céu, pela conversação das mulheres. E assim, caríssimos Irmãos, para guardar em flor a pureza, não se permita daqui em diante tal trato e comunicação.

57. Onde vós sabeis que existam cavaleiros excomungados para ser congregados, então comanda-vos que vades; e se algum desejar ingressar na Ordem de Cavalaria de regiões ultramarinas, não deveis considerar nada mais valioso que a salvação da sua alma.

58. Se algum cavaleiro secular, ou qualquer outro homem, deseje abandonar a massa de perdição e essa vida secular e pretenda receber a nossa vida comunal, não consentais em recebê-lo imediatamente, pois assim disse o meu senhor S. Paulo: *Probate spiritus si ex Deo sun*. O que significa: *Testai a alma para ver se vem de Deus*.

59. Mandamos que não chamem todos os Freires à consulta, mas somente aqueles que ao Mestre parecerem de Juízo e prudência. Mas quando se tratarem outras cousas maiores, como dar uma Comenda, disputar sobre cousas da Ordem, ou receber algum Religioso, então chame o Mestre toda a Congregação, parecendo-lhe conveniente, e ouvido o parecer de todos, siga-se o que o Mestre julgar por melhor.

60. Mandamos de comum parecer, que rezem conforme o fervor e devoção de cada um, sentados ou em pé; porém com suma reverência e modéstia, sem fazer ruído, para que um não estorve o outro.

61. Sabemos que muitos de diversas Províncias, assim escudeiros como criados, desejam com pura intenção dedicar-se por toda a sua vida ao serviço das almas nas vossas casas; e assim convém que lhes tomeis a sua fé por juramento e palavra; e não suceda que o inimigo exercitando em nos fazer guerra, lhes persuada cousa indigna do serviço de Deus e os apartes do bom propósito.

62. Apesar da regra do Santo Padre permitir a recepção de crianças, nós não vos aconselhamos a fazer isso³⁴. Aquele que desejar oferecer eternamente a sua criança à Ordem de Cavalaria, deverá criá-lo até ele estar pronto a segurar armas com vigor e libertar a terra dos inimigos de Jesus Cristo.

63. Convém respeitar aos mais velhos e ajudar a fraqueza das suas forças e não lhes dêem com miséria o necessário com observância da Regra.

64. Irmãos que sejam enviados para diversos países no Mundo deverão esforçar-se por manter os desígnios da Regra de acordo com a sua habilidade e viver sem mácula no que diz respeito à carne e vinho, etc., a fim de que as suas ações sejam bem vistas pelas pessoas alheias à Ordem (...) E, se possível, a Casa onde dormem e se encontram instalados não deverá estar sem luz durante a noite, para que os inimigos na sombra não sejam tentados a praticar atos de malvadez, algo que Deus proíbe.

65. A todos os Religiosos se dê o sustento necessário com igualdade, conforme a possibilidade da Casa; porque não é justa a aceção das pessoas, mas é necessário prestar atenção aos enfermos.

66. Cremos que, deixadas muitas riquezas vos sujeitastes à pobreza voluntária. E assim a vós, que viveis em Comunidade, concedemos que possais possuir dízimos na forma seguinte: Se o Bispo vos quiser dar alguns dízimos da sua Igreja pelo amor de Deus, de consentimento de todo o cabido, dar-se-vos-ão daqueles dízimos que consta possui a Igreja; porém se algum secular vos quiser dar a décima parte da sua fazenda, obrigando-a a tal quantidade, com licença do que preside, ou à sua vontade, e não do Capítulo, se deve distribuir.

67. Se algum na conversação, ou na campanha, cair em alguma falta leve, ele por sua vontade a descubra ao Mestre, para satisfazer por ela. Culpas leves se não forem mui freqüentes, castiguem-se com leve penitência. Porém se calando ele a sua culpa, outro a descobrir ao Mestre, castigue-se com maior e mais rigorosa pena. Mas se a culpa for grave, separem-no da comunicação dos mais Religiosos, nem coma conjuntamente com eles, para ficar livre e seguro no dia do Juízo.

68. Há-de prevenir-se primeiramente que nenhum fraco, esforçado, poderoso ou pobre se pretender adiantar-se ou avantajarse aos mais fique sem castigo;

34 - De acordo com Alain Demurger, na obra anteriormente citada, as "regras e estatutos desaconselham o acolhimento de crianças, como, por exemplo, a Regra do Templo: *embora a regra dos santos padres aceite receber crianças na religião, não aconselhamos que se encarregue delas*. Porém o Templo – e todas as outras Ordens com ele – no mínimo aceitou, quando não recrutou, crianças que os pais entregavam. p. 84

e se não se emendar, dê-se-lhe maior penitência. Porém, se com avisos suaves e Orações não quiser emendar-se, antes de se desvanecer mais, e sem se ensoberbecer, lance-se então do rebanho de Cristo, seguindo ao Apóstolo que diz: *Lançai da vossa companhia o mau*. É forçoso separar a ovelha empestada da comunicação dos Fiéis. O Mestre, pois, que tem o báculo e a vara (báculo para sustentar os fracos, vara para castigar com zelo santo os delitos) não se resolva a castigar, senão com o parecer do Patriarca, e havendo-o encomendado a Deus; e não seja, diz S. Máximo: *Que a demasiada brandura relaxe o justo rigor, ou a demasiada aspereza desespere os delinqüentes*.

69. Por atender ao muito calor das partes Orientais, da Páscoa à Ressurreição até à Festa de Todos os Santos, se dê uma camisa de linho, e não mais; não por obrigação, mas por graça ou Indulgência a cada um, àquele, digno, que quiser usar. Porém no mais tempo todos vistam suéteres de lã.

70. De comum parecer mandamos, que não sendo com grave ocasião, durma cada um em cama à parte. Tenha cada um seu leito decente conforme a disposição do Mestre. Parece-nos que basta a cada um enxerga, almofada e manta. A quem faltar alguma destas três cousas, dê-se-lhe um cobertor, ou sobre-cama, e em todo o tempo se lhe permite um lençol de linho. Não durmam sem camisa, nem ceroulas: e não falte luz toda a noite no dormitório dos Irmãos.

71. Mandamos que fujais da emulação, invejas e murmurações, como de perniciosíssima peste. Cuide muito cada um em não culpar, nem murmurar do seu Irmão, nem em ausência, conforme o conselho do Apóstolo: *Não sejas incriminador, nem murmurador no povo*. (...)

72. É mui perigoso e arriscado atender com curiosidade e cuidado ao rosto das mulheres³⁵. E assim nenhum se atreva a dar ósculo a viúva nem donzela, nem a mulher alguma, ainda que mui chegada em parentesco, como mãe, irmã ou tia. Fuja o Cavaleiro de Cristo dos afagos da mulher, que põem ao homem no último risco; para que, com pura vida e segura consciência, chegue a gozar de Deus para sempre. *Amém*.

Fim da Regra.

Segundo Juan G. Atienza³⁶, podemos frisar que, lendo a Regra "atentamente, surgem determinadas chaves que indicam que, com toda probabilidade,

35 - "Uma Ordem Militar deveria ser proibida para mulheres. (...) No entanto, a realidade era diferente: todas as Ordens, incluindo o Templo, aceitavam receber *irmãs* e *coirmãs*, as primeiras tendo pronunciado votos. Ermengarda de Oluja e seu marido se *doaram* ao Templo em 1196 e residiam na Casa de Barberà, na Catalunha; viúva, Ermengarda pronunciou os votos e tornou-se irmã do Templo", assim nos escreve Alain Demurger, obra citada, p. 85.

36 - Em *O Legado Templário*, p. 68.

o Mestre de Claraval se limitou a corrigir ou acrescentar algo que os Templários redigiram em Jerusalém, tendo em mente os capítulos do código cisterciense, mas adaptando-os, por um lado, à circunstância guerreira da Ordem Templária, que teria de ser composta com sua natureza conventual – e não monástica – e inclusive, de maneira muito mais discreta, com os fins a longo prazo a que os fundadores se propuseram”.

Por último, de modo a possibilitar ao leitor a leitura de alguns documentos que, pela sua extensão, tornariam o capítulo relativo à História do Templo demasiado maçudo, optamos, então, por inseri-los nesta seção.

Assim sendo, veremos em seguida a missiva papal que determinou a acusação e abolição dos Templários, sabendo nós que “são abertos dois processos contra o Templo. O primeiro, conduzido pela Inquisição e controlado pelo rei e seus conselheiros, visa individualmente os Templários; o segundo, dirigido contra a Ordem na sua qualidade de pessoa moral, entra na jurisdição do papa, o qual nomeia uma confissão pontifical para assegurar a sua instrução; o Concílio de Viena terá a seu cargo o julgamento”³⁷.

Vox in Excelso³⁸

Clemente, Bispo, servo dos servos de Deus, para que seja sempre lembrado. Uma voz das alturas foi ouvida, de lamentação e choro amargo, pois o tempo aproxima-se, de fato já chegou, em que o Senhor irá queixar-se através do seu profeta: Esta Casa despertou a minha cólera e indignação, pelo que a irei retirar da minha vista, devido aos seus maléficos filhos, pois eles provocaram-me a ira ao virar-me as costas, e não as suas faces, ao mesmo tempo que adoram os seus próprios ídolos na casa onde o meu nome é invocado, para conspurcá-lo. Construíram os seus importantes locais de Baal (*falso ídolo*) para consagrar os seus filhos aos ídolos e demônios. Pecaram tanto quanto nos dias de Gibeah. Quando soube de tais horrores temendo tal notório escândalo – pois quem jamais ouvira falar em tal infâmia? Quem jamais viu igual? – desfaleci ao ouvir tal,

37 - Michel Picar, *Os Templários*, p. 149.

38 - *De todos os títulos publicados sobre este assunto, destacamos os seguintes: Le Procès des templiers, présenté et annoté (Denöel, 1955), da autoria de Raymond Oursel, La Condamnation des templiers (Impres' Sud), de Dupuy, The trials of the Templars (Cambridge: CUP – 1978), de Malcom Barber e The Trial of the Templars, escrito por Edward J. Martin (Londres: George Allen and Unwin – 1928). Em língua portuguesa, destaque para o trabalho de A. Vieira d’Aieia, O Processo dos Templários (Porto, 1947). Para uma consulta on-line, o presente documento surge em <http://www.templarhistory.com/excelso.html> (cujos editores são Stephen Dafoe e Alan Butler) e, igualmente, na seguinte morada: http://www.knight.hpg.ig.com.br/vox_in_excelso.htm (numa pesquisa realizada por Renata).*

fiquei consternado ao vê-lo, o meu coração encheu-se de azedume e a escuridão ensombrou-me. Ouvi, uma voz do povo da cidade! Uma voz do Templo! A voz do Senhor retribuindo indenizações aos seus inimigos. O profeta foi compelido a exclamar: dai-lhes, Senhor, um útero estéril e peitos secos. O seu demérito foi revelado devido à sua malícia. Expulsa-os da tua casa e deixa as suas raízes secar; não os deixeis cultivar fruta e não deixeis que esta casa seja, nunca mais, um hesitante quarteirão de amargura ou um espinho a magoar.

Pouca não é a fornicação na Casa do Senhor imolando os seus filhos, dando-os e consagrando-os a demônios e não a Deus, a deuses que desconheciam. Doravante esta casa estará desolada e cairá em desgraça, amaldiçoada e desabitada (...) Todos aqueles que passarem por ela ficarão espantados e irão sibilar, e dirão, *Porque terá o Senhor feito isto a este Templo e a esta casa?* E eles responderão: *Porque eles abandonaram o Senhor seu Deus, que os trouxe e redimiu, ao seguirem, ao invés, Baal e outros deuses, adorando-os e servindo-os. Como tal o Senhor trouxe-lhes todo este mal.*

De fato, há pouco tempo, na ocasião da nossa eleição como Supremo Pontífice, antes de irmos a Lyon para a nossa coroação, e mesmo depois, tanto ali como em todo o lado, recebemos intimações secretas contra o Mestre, Preceptores e outros Irmãos da Ordem dos Cavaleiros de Jerusalém, e até contra a própria ordem. Esses homens foram colocados em terras de ultramar para defender o patrimônio de Nosso Senhor Jesus Cristo e, enquanto guerreiros especiais da fé católica e extraordinários defensores da Terra Sagrada, pareceram capazes de levar por diante o seu objetivo na já mencionada Terra Sagrada. Por essa razão, a Sagrada Igreja Romana concedeu, a esses Irmãos e à sua Ordem, o seu apoio especial, armando-os com o sinal da Cruz contra os inimigos de Cristo, proporcionando-lhes os mais altos tributos e dando-lhes inúmeras exceções e privilégios; e eles experimentaram, em muitas e variadas formas, o seu apoio e o de todos os puros cristãos com repetidas ofertas de pobreza. Como tal, é contra o Senhor Jesus Cristo que eles caísem no pecado de ímpia apostasia, no abominável vício de idolatria, no mortal crime de sodomia e diversas heresias. (...)

Então surgiu a intervenção do nosso querido filho em Cristo, Filipe, o ilustre Rei de França. Os mesmos crimes foram-lhe contados. Ele não foi movido pela cobiça. Ele não tinha intenção de reclamar ou apropriar-se de nenhuma das propriedades templárias; inclusive, no seu próprio reino, ele abandonou tal queixa e libertou a sua mão de todos os seus bens. (...) Existiu até um cavaleiro, homem de nobre sangue e de não pouca reputação na Ordem, que testemunhou secretamente, sob juramento, na nossa presença, que na sua recepção, o cavaleiro que o recebeu sugeriu-lhe que negasse a Cristo, o que ele fez, na presença de outros cavaleiros do Templo; além do mais, ele cuspiu na Cruz. (...)

Ouvimos uma penosa história: que o Mestre, Preceptores e outros Irmãos da Ordem, assim como a Ordem, estavam envolvidos em tais crimes. Isso parece provado por muitas confissões, testemunhos e depoimentos do Mestre, do visitador de França, e de muitos Preceptores e Irmãos da Ordem, na presença de muitos prelados e do Inquisidor de heresia. (...) Fizemos o nosso interrogatório e examinamos setenta e duas pessoas, sendo que muitos dos nossos Irmãos estavam presentes e seguindo os procedimentos com muita atenção. Todas as confissões foram anotadas pelo notário e copiadas como autênticos documentos na nossa presença e de nossos Irmãos. Após alguns dias, tivemos essas mesmas acusações lidas no consistório na presença dos referidos cavaleiros. A todos foi lida uma versão na sua própria língua; eles mantiveram as suas confissões, aprovando-as expressa e espontaneamente à medida que iam sendo lidas.

(...) Os cardeais foram ver, pessoalmente, o Grão-Mestre e os Preceptores, e explicar-lhes a razão da sua visita. (...) Eles depuseram, um a um, na presença dos cardeais, livre e espontaneamente, sem qualquer compulsão ou medo. Confessaram, entre outras coisas, que haviam renegado a Cristo e cuspido na Cruz durante a sua recepção na Ordem do Templo. Alguns deles foram mais longe, afirmando que tinham recebido muitos Irmãos mediante o mesmo rito, como renegar a Cristo e cuspir na Cruz. Alguns confessaram até certos crimes horríveis e práticas imorais, mas nada mais adiantamos de momento. (...) Consideramos que tais infames crimes não deveriam ficar impunes, sem consulta de Deus Todo-Poderoso e de todos os Católicos. Decidimo-nos por solicitar aos nossos Irmãos um inquérito acerca das transgressões e crimes atrás mencionados. (...)

Assim sendo, com um coração entristecido, não por sentença definitiva, mas por ordenação ou provisão apostólica, suprimimos, com a aprovação do Sagrado Concílio, a Ordem dos Templários, a sua regra, hábito e nome, por um decreto perpétuo e inviolável, e proibimos que ninguém, a partir deste momento, possa entrar na Ordem, receber ou usar o seu hábito, ou comportar-se como Templário. Se alguém atuar em contrário será automaticamente excomungado. Além disso, tanto as pessoas como as propriedades ficarão ao nosso encargo e à disposição apostólica. Pretendemos, com Graça Divina, antes do final do presente Sagrado Concílio, efetuar esta disposição em honra de Deus e pela exaltação da fé cristã e bem-estar da Terra Sagrada. Proibimos terminantemente qualquer pessoa, seja em que estado ou condição, de interferir, de qualquer forma, nesta matéria em termos de pessoas ou propriedades dos Templários. Proibimos qualquer ação que possa prejudicar as nossas decisões e disposições, ou qualquer inovação ou adulteração. Decretamos que, a partir deste momento, qualquer tentativa deste gênero seja nula e vazia, seja feita em consciência ou em ignorância. Apesar deste decreto, não pretendemos derrogar nenhum outro processo individual aos

Templários por bispos diocesanos ou concílios provinciais, em conformidade com o que temos ordenado em outras ocasiões. Que ninguém jamais... Se alguém...

Dado em Viena, a 22 de março do Sétimo Ano do Nosso Pontificado.

Já a Bula *Considerantes*, dada a 6 de maio de 1312, por Clemente V, regista algumas preocupações papais relativamente a atos que, de forma aparente, foram admitidos pelos cavaleiros do Templo, após a madrugada de 13 de outubro de 1307 em que "do alto das muralhas, entre as centelhas de bruma exaladas pelos pântanos, os irmãos vêem aproximar-se o exército real. (...) Sem encontrar resistência, as tropas atravessam a muralha, espalham-se pelos pátios e desalojam todos os homens, admirados e ainda ensonados. (...) Habitados a carnificina e a baterem-se até à última gota de sangue, os Templários não ousam desembainhar as espadas contra as tropas reais. É-lhes realmente inconcebível oporem-se à vontade do monarca"³⁹.

Vejamos, então, em que moldes se baseou o papa para redigir a dita bula: "Os inquéritos e vários processos concretizados há não muito tempo por todas as partes da cristandade contra os antigos Cavaleiros Templários, para avaliar acusações de heresia, trouxeram-nos ao descrédito. (...) O Mestre da Ordem, o Visitador de França, o Preceptor Chefe e muitos outros Irmãos da Ordem confessaram, no Tribunal, as suas heresias. (...) Portanto, com a aprovação do Concílio Sagrado, e com o coração cheio de uma grande tristeza e pena, suprimimos e abolimos a antiga Ordem dita do Templo e a sua constituição, hábito e nome, e proibimos a sua restauração."

Com a bula⁴⁰ *Licet Pridem*, dada em Avinhão a 13 de janeiro de 1313, o papa confirma a entrega dos bens templários à Ordem do Hospital, exceto os pertencentes aos reinos de Aragão, Castela, Maiorca e Portugal. Trata-se, sem dúvida, do mais relevante documento e o último com interesse no estudo da Ordem, posto que assim expirava toda uma instituição que via na cavalaria a "contemplação divina através da violência característica da época, que a arte da guerra e do combate tenta submeter, regulamentar e enobrecer. O sistema feudal legitima uma organização econômica e social baseada na hierarquia pelo nascimento e na filiação pelo sangue e pelo patrimônio. O mesmo não se passa com a cavalaria, pelo menos nas suas aspirações, que luta para libertar-se do sistema político através da elevação espiritual. (...) Os Templários, contrariamente à cavalaria feudal, trabalham para se libertar, em proveito da sua própria hierarquia, da sua ética e da sua regra"⁴¹.

39 - Obra anteriormente citada de Michel Picar, p. 127.

40 - Para uma leitura integral destes e de outros documentos relativos aos Templários, favor consultar o seguinte espaço virtual na Internet, em língua inglesa: <http://www.templarhistory.com/history.html#Documents>.

41 - *Os Templários*, de Michel Picar, p. 104.

Rezava assim o documento papal: "Para um registo eterno. Há algum tempo atrás, no Concílio de Viena, sob inspiração divina, suprimimos a Ordem do Templo pelas razões explicadas no termo da supressão. Após longa e cuidadosa análise, em conjunto com os nossos Irmãos no concílio, colocamos na Ordem do Hospital (...) a sede dos Cavaleiros Templários, e as suas casas, igrejas, capelas, oratórios, cidades, castelos, terras, povoações, assim como todos os bens móveis e imóveis, assim como os membros e direitos que a eles pertenciam, tanto neste lado do mar como em todas as partes do mundo."

Antes de terminar, destaque ainda para a cronologia dos sucessivos Mestres, ou melhor dizendo, grão-mestres que, em Jerusalém, geriram a Ordem dos Pobres Cavaleiros do Templo de Salomão, conhecimento que reputamos como essencial para qualquer interessado na temática.

Mestrados do Templo

Hughes de Payns (1118-1136)

Robert de Craon (1136-1149)

Everard de Barres (1149-1152)

Bernard de Tremelay (1152-1153)

André de Montbard (1153-1156)

Bertrand de Blanquefort (1156-1169)

Phillippe de Nablus (1169-1171)

Odon de Saint-Amand (1171-1179)

Arnold de Toroge (1179-1184)

Gérard de Ridefort (1184-1191)

Robert de Sablé (1191-1193)

Gilbert Erail (1193-1200)

Phillippe de Plessiez (1200-1209)

Guillaume de Chartres (1209-1219)

Pierre de Montaignu (1219-1232)

Armand de Périgord (1232-1244)

Ricard de Bures (1244-1247)

Guillaume de Sonnac (1247-1250)

Reinaud de Vichiers (1250-1256)

Thomas Bérard (1256-1273)

Guillaume de Beajeu (1273-1291)

Thibaud Gaudin (1291-1293)

Jacques de Molay (1293-1314)

